

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

RELATÓRIO DO I ENCONTRO NACIONAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

RELATÓRIO DO
I ENCONTRO NACIONAL
SOBRE POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias de Sousa

Secretária Executiva
Márcia Helena Carvalho Lopes

Secretária Nacional de Assistência Social
Ana Lígia Gomes

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação
Rômulo Paes de Sousa

Secretária de Articulação Institucional e Parcerias
Heliana Kátia Tavares Campos

Secretária Nacional de Renda de Cidadania
Rosani Evangelista da Cunha

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Onaur Ruano

Diretora do Departamento de Proteção Social Especial/SNAS
Marlene de Fátima Azevedo Silva

Diretora do Departamento de Avaliação e Monitoramento/ SAGI
Jeni Vaitsman

Equipe organizadora do evento:

Maria Lucia Lopes da Silva – Coordenadora Geral
Departamento de Proteção Social Especial/SNAS

Ieda Nasser
Departamento de Gestão do SUAS/SNAS

Cilene Sebastiana Braga Lins
Departamento de Proteção Social Especial/SNAS

Fernando Molina
Assessoria de Comunicação Social

Equipe técnica da pesquisa:

Luís Otávio Pires Farias – Coordenador
Departamento de Avaliação e Monitoramento/SAGI

Daniela Peixoto Ramos
Departamento de Avaliação e Monitoramento/SAGI

Carmela Zigoni
Departamento de Formação de Agentes Públicos e
Sociais/SAGI

Elaboração do Relatório:

Ana Paula Motta da Costa
Consultora

Maria Lucia Lopes da Silva
Departamento de Proteção Social Especial/SNAS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

RELATÓRIO DO
I ENCONTRO NACIONAL
SOBRE POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório. Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

96 p. ; 22 cm.

1. Desenvolvimento Social. Brasil. 2. População de rua. Brasil. 3. Política pública. Brasil.

CDD 330.981

1ª edição

Tiragem: 1.000 exemplares

Projeto Gráfico: Competence Comunicação e Marketing

Impressão: Bárbara Bela Editora Gráfica e Papelaria Ltda.

Diagramação: Renato Rebello

Revisão: Maria Lúcia Lopes da Silva; Monica Rodrigues; Carmela Zigoni

Organização: Maria Lúcia Lopes da Silva

Fotos gentilmente cedidas por: Luciano Rocco / OCAS

Novembro de 2006

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria Nacional de Assistência Social

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar

Cep 70.054-900 – Brasília /DF

APRESENTAÇÃO

Em uma iniciativa inédita na história recente das políticas sociais brasileiras, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), adotou medidas que possibilitam a formulação participativa de políticas públicas nacionalmente articuladas dirigidas às pessoas em situação de rua.

A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

Com o objetivo de colher opiniões e estabelecer desafios e estratégias coletivas para a construção de tais políticas, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), organizou e realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, nos dias 01 e 02 de setembro de 2005, em Brasília.

O Encontro teve como objetivo geral discutir os desafios e estratégias para a construção das políticas públicas para a população em situação de rua, e contou com a participação de representantes de municípios - pertencentes aos governos municipais, entidades não-governamentais e representativas da população em situação de rua - especialistas no tema e representantes das Secretarias do MDS.

O presente Relatório registra os eixos centrais que nortearam as discussões dos participantes no Encontro. Ao tornar público este Relatório, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome disponibiliza as contribuições produzidas nesta experiência única para a formulação e implementação de políticas para a população em situação de rua, marcando o compromisso do Governo Federal com este segmento vulnerável da população brasileira.

Patrus Ananias de Sousa
Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



SUMÁRIO

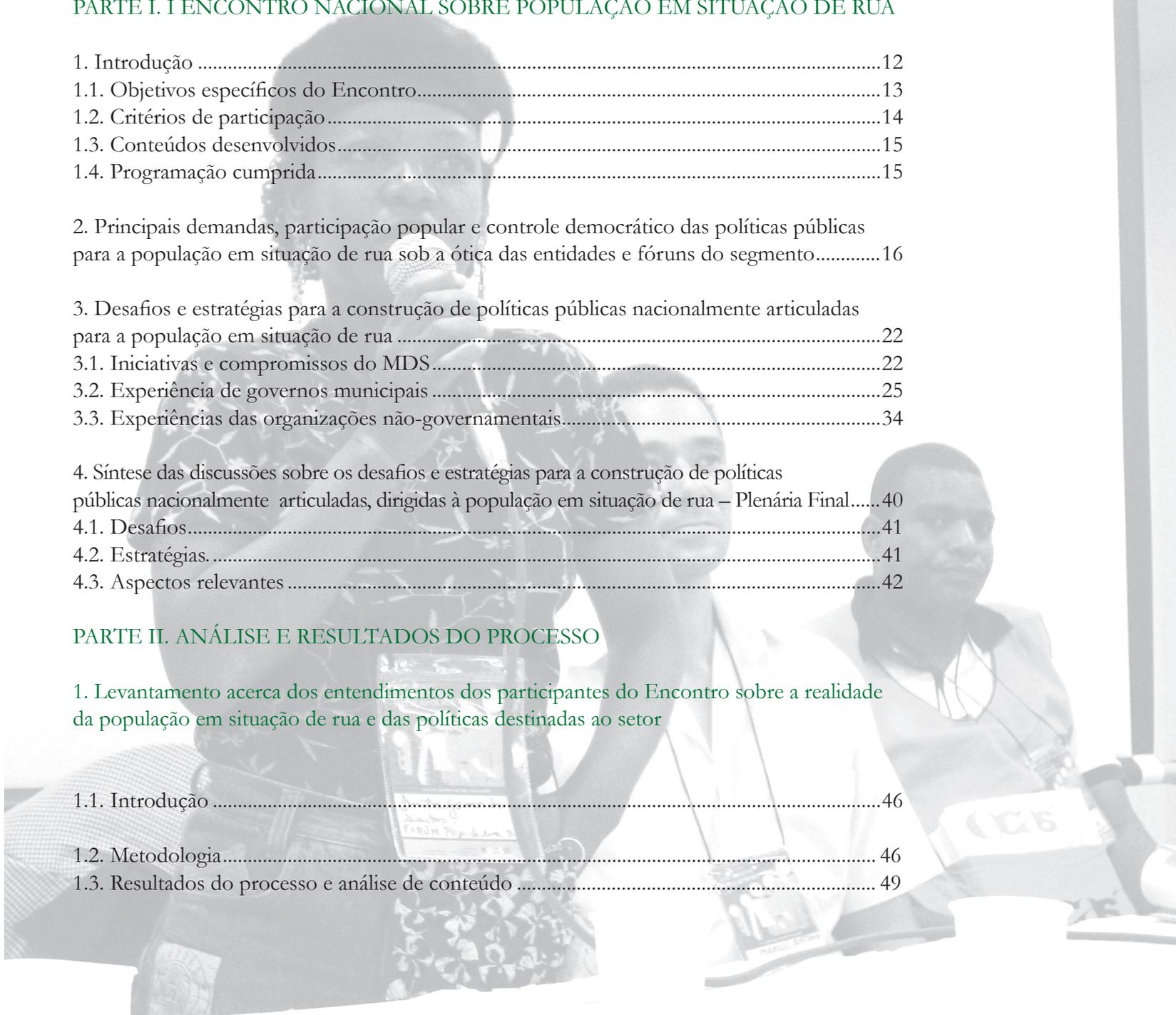
PARTE I. I ENCONTRO NACIONAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

1. Introdução	12
1.1. Objetivos específicos do Encontro.....	13
1.2. Critérios de participação.....	14
1.3. Conteúdos desenvolvidos.....	15
1.4. Programação cumprida.....	15
2. Principais demandas, participação popular e controle democrático das políticas públicas para a população em situação de rua sob a ótica das entidades e fóruns do segmento.....	16
3. Desafios e estratégias para a construção de políticas públicas nacionalmente articuladas para a população em situação de rua	22
3.1. Iniciativas e compromissos do MDS.....	22
3.2. Experiência de governos municipais	25
3.3. Experiências das organizações não-governamentais.....	34
4. Síntese das discussões sobre os desafios e estratégias para a construção de políticas públicas nacionalmente articuladas, dirigidas à população em situação de rua – Plenária Final.....	40
4.1. Desafios.....	41
4.2. Estratégias.....	41
4.3. Aspectos relevantes	42

PARTE II. ANÁLISE E RESULTADOS DO PROCESSO

1. Levantamento acerca dos entendimentos dos participantes do Encontro sobre a realidade da população em situação de rua e das políticas destinadas ao setor

1.1. Introdução	46
1.2. Metodologia.....	46
1.3. Resultados do processo e análise de conteúdo	49



1.3.1. Eixo 1 - Lugar de fala	49
1.3.2. Eixo 2 - A realidade de quem vive em situação de rua.....	50
1.3.2.1. O álcool e outras drogas	51
1.3.2.2. A mulher moradora de rua	53
1.3.2.3. O significado do trabalho e a possibilidade de inserção produtiva	55
1.3.2.4. O imaginário social sobre população em situação de rua	61
1.3.2.5. Violência e segurança.....	63
1.3.3. Eixo 3 - Política de atendimento	65
1.3.3.1. Financiamento e convênios	70
1.3.3.2. Papel das entidades não-governamentais.....	71
1.3.3.3. Relação com governos.....	74
1.3.3.4. A relação das entidades não-governamentais com os movimentos dos moradores de rua.....	76
1.3.3.5. A metodologia de trabalho a ser utilizada nas instituições	78
1.3.3.6. Prioridades: intersetorialidade, censo, moradia, trabalho e tratamento.....	83
1.3.4. Eixo 4 - Avaliação do Encontro e expectativas	85
1.4. Considerações finais.....	87

2. Relação dos participantes do Encontro

2.1. Representantes de governos locais (municípios e Distrito Federal)	90
2.2. Representantes de organizações não-governamentais	91
2.3. Representantes de Fóruns ou Entidades de População em Situação de Rua.....	93
2.4. Especialistas convidadas	94

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas.....	95
---------------------------------	----

PARTE I. I ENCONTRO NACIONAL SOBRE
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



1. Introdução

O patamar de desenvolvimento econômico e tecnológico que têm alcançado as diferentes sociedades na contemporaneidade tem gerado conseqüências negativas, configuradas na reprodução de desigualdades sociais e na falta de garantias sociais para grande parcela da população. Neste início de século, constata-se que a desigual distribuição de bens sociais, a discriminação, o desrespeito às diferenças, a incerteza e a involução de valores não são anomalias, mas constitutivas do pensamento globalizado e do processo econômico em curso.

Nesse contexto insere-se a população em situação de rua e, reconhecendo as particularidades deste segmento e a necessidade de desenhar e implementar políticas públicas para o mesmo, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, promoveu, em 2005, o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua.

Este evento teve como objetivo colher propostas e estabelecer desafios e estratégias coletivas visando a construção de tais políticas, e contou com a participação de 55 pessoas, sendo: 34 representantes de 12 capitais ou municípios com mais de 300 mil habitantes, que atenderam aos critérios estabelecidos para o evento (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Campinas, Rio de Janeiro, Niterói, Londrina, Vitória, Fortaleza, São Luis e Brasília); 05 especialistas no tema, na condição de assessores à coordenação do evento; e 17 representantes das diversas secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ressalta-se que os representantes dos municípios relacionados foram assim identificados: 12 representantes de governos municipais, 12 representantes de organizações não-governamentais e 10 representantes de fóruns ou entidades de população em situação de rua.

O presente Relatório¹ objetiva recuperar as discussões ocorridas no Encontro² de maneira sistematizada. Trata-se de documento elaborado a partir de síntese realizada da transcrição das falas dos participantes do evento e do relatório simplificado elaborado imediatamente após sua realização.

Este Relatório traz também a síntese do levantamento realizado durante o Encontro junto a alguns de seus participantes, sob coordenação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), que consiste

¹ Documento elaborado pela consultora Ana Paula Motta Costa em parceria com a coordenadora geral do I Encontro Nacional sobre População de Rua, Maria Lucia Lopes da Silva.

² Registra-se que a formulação e coordenação do evento contou com a colaboração dos assessores Sandra Helena Ribeiro, Ana Paula Motta Costa, Adelina Barone Renucci, Indira Caldas Dantas e Elizabeth E. M. de Almeida Leitão.



em resumo de seus entendimentos sobre a realidade da população em situação de rua e das políticas públicas destinadas a esse grupo populacional.

A seguir, serão transcritos os eixos que orientaram as atividades e, logo em seguida, de forma resumida, o conteúdo dos debates realizados e a síntese dos resultados produzidos.

Vê-se que o conjunto do material sistematizado e analisado constitui-se em importante subsídio para a elaboração de políticas públicas voltadas para a população em questão, não apenas no âmbito do Governo Federal e da Política Nacional de Assistência Social, mas em todas as esferas de governo e no campo das demais políticas públicas que possam ter relação direta com o tema.

1.1. Objetivos específicos do Encontro

- Reunir os diversos atores sociais que estão desenvolvendo ações com população em situação de rua visando discutir os desafios e estratégias para construção de políticas públicas nacionalmente articuladas para população em situação de rua no país;
- Informar os governos municipais, organizações não-governamentais e entidades representativas da população em situação de rua sobre as iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em relação às políticas de atenção à população em situação de rua;
- Conhecer as experiências de atuação com população em situação de rua que estão sendo desenvolvidas por governos municipais e organizações não-governamentais em capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes presentes no Encontro;
- Conhecer as principais demandas que estão sendo dirigidas ao Estado, em suas três esferas administrativas, pelas entidades representativas da população em situação de rua;
- Discutir estratégias de participação popular e controle democrático das políticas públicas destinadas à população em situação de rua.



1.2. Critérios de participação

a. Gestores de assistência social, ou representantes dos governos municipais de capitais ou municípios com mais de 300 mil habitantes, que atenderam aos critérios abaixo:

- Responderam ao questionário sobre população em situação de rua encaminhado pela SNAS/MDS no período entre dezembro de 2004 e 27 de abril de 2005;
- Possuem trabalho estruturado com esse segmento populacional, expresso por meio dos seguintes serviços: abordagem de rua; estrutura de acolhida; articulação da assistência social com outras políticas;
- Possuem articulação entre governo e organizações não-governamentais na execução do trabalho com população em situação de rua;
- Possuem entidade representativa do segmento ou fórum organizado sobre população em situação de rua.

b. Representantes de organizações não-governamentais que trabalham com população em situação de rua nas capitais ou cidades cujos governos municipais atenderam aos critérios de participação no Encontro e, de forma não cumulativa, atenderam especificamente aos seguintes critérios:

- Possuem convênio sobre esta temática com o Governo Federal;
- Possuem convênio sobre esta temática com os governos municipais, com financiamento por intermédio dos Fundos Municipais de Assistência Social;
- Estão executando programas ou ações como um terceiro ente jurídico em convênios financiados pelo poder público;
- Desenvolvem trabalho com este segmento populacional nas capitais ou cidades selecionadas, que seja reconhecido pelo poder público municipal e pela sociedade local, inclusive, pelas entidades ou fóruns de pessoas em situação de rua.

c. Representantes de entidades ou fóruns de população em situação de rua, preferencialmente, das cidades selecionadas, com regularidade de funcionamento.

d. Especialistas ou professores pesquisadores com vinculação ou não a alguma Universidade, Fundação ou Instituto de pesquisa, com experiência em gestão ou participação em grupos de estudos e pesquisas sobre população em situação de rua.

e. Representantes das diversas secretarias e assessorias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



1.3. Conteúdos desenvolvidos

- Desafios e estratégias para a construção de políticas públicas para população em situação de rua sob a ótica do Governo Federal, governos municipais e organizações não-governamentais que atuam nessa área;
- Principais demandas da população em situação de rua dirigidas ao Estado, sob a ótica dos representantes das entidades desse segmento populacional;
- Participação popular e controle democrático das políticas públicas destinadas à população em situação de rua sob a visão dos representantes dos fóruns e entidades de população em situação de rua.

1.4. Programação cumprida

01/09/05 - quinta-feira

09h - Credenciamento

10h - Abertura oficial

10h15 às 10h30 - Intervalo

10h30 às 12h - Apresentações pessoais e comentários sobre a programação

12h às 14h - Almoço

14h às 16h - Palestra: “Desafios e estratégias para construção de políticas públicas para população em situação de rua - Iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”. Diretora do Departamento de Proteção Social Especial: Marlene de Fátima Azevedo Silva

16h às 16h15 - Intervalo

16h15 às 18h - Painel: “Principais demandas, participação popular e o controle democrático das políticas públicas para população em situação de rua sob a ótica das entidades representativas do segmento”



02/09/05 - sexta-feira

8h30 às 11h - Painel: “Desafios e estratégias para a construção de políticas públicas para população em situação de rua - experiências de governos locais”

11h às 11h15 - Intervalo

11h15 às 12h30 - Painel: “Desafios e estratégias para a construção de políticas públicas para população em situação de rua - experiências das organizações não-governamentais”

12h30 às 14h30 - Almoço e visita a lugares históricos de Brasília

14h30 às 15h30 - Continuidade do painel com as ONG’S

15h30 às 16h45 - Apresentação de síntese das discussões sobre os desafios e estratégias para a construção de políticas públicas nacionalmente articuladas, dirigidas à população em situação de rua, elaborada pela coordenação do encontro e equipe de assessores

16h45 às 17h30 - Avaliação do evento

17h30 - Encerramento

2. Principais demandas, participação popular e controle democrático das políticas públicas para população em situação de rua sob a ótica das entidades e fóruns do segmento

Na tarde do primeiro dia do Encontro foi realizada uma mesa de trabalhos composta pelos representantes do movimento organizado da população em situação de rua e ex-moradores de rua convidados, cujo tema foi “Controle social sobre as políticas destinadas à população em situação de rua e a participação desse segmento nessa construção”, tendo sido apontados desafios, no sentido de dificuldades enfrentadas, estratégias para a construção da política e ações que deveriam ser propostas para o Ministério.

Quênio, da Comissão de Moradores de Rua do Recife (PE), destacou como desafio a dificuldade de garantir moradia, trabalho e alfabetização para a população de rua.

De outra parte, avaliou que a restrição do acesso aos serviços de assistência social e saúde, bem como aos serviços que oferecem confecção de documentos gratuitamente, deve-se à dificuldade de se estender os benefícios ao segmento devido a mobilidade urbana desse segmento. Apontou como estratégia a busca de apoio junto ao poder público e à iniciativa privada, no sentido de garantir a realização de direitos fundamentais a essa parcela da população.



Luiz Felipe, representante dos Moradores de Rua de **Porto Alegre (RS)**, afirmou que as maiores dificuldades enfrentadas são implantar um programa de inclusão do morador de rua no mercado de trabalho e garantir que os cursos profissionalizantes oferecidos sejam acompanhados de uma bolsa-auxílio, de modo que os usuários possam prover suas necessidades durante o período em que nele se encontram inseridos.

Referiu como estratégia importante a ser adotada a qualificação dos funcionários públicos que trabalham nos albergues e outros serviços, além de sugerir que os cursos oferecidos para a população em situação de rua sejam executados nos espaços em que os usuários já possuem algum tipo de vínculo.

Antônia, do Movimento dos Catadores do Distrito Federal, de **Brasília (DF)**, reivindicou a adequação dos serviços de saúde à realidade dos moradores de rua, considerando que o requisito do fornecimento de endereço para que seja efetuado o atendimento nessa área constitui fator limitante ao acesso. Destacou como estratégia que a política que está sendo pensada leve em conta as condições de moradia, alimentação, saúde e trabalho das pessoas que trabalham com material reciclável.

“(…) Além disso, eu gostaria de perguntar para vocês o que é que nós, juntos, já que nós estamos aqui para trabalhar em conjunto, se tem a colaboração de vocês, se tem a colaboração dos governos, tem que ter a nossa colaboração também. O que é que nós devemos fazer para melhorar essa situação? Porque nós também merecemos ser tratados como gente. Se a gente chega em algum lugar infelizmente ninguém olha, porque você está fedido, porque você está sujo, mas ninguém chega lá para lhe perguntar assim, quais são suas condições de moradia. Quais são suas condições de alimentação? Quais são suas condições de saúde? De que maneira você dorme? Ninguém chega lá para lhe fazer essa pergunta, não. Infelizmente passa por você e te atropela. E não tem nem a educação de dizer, por favor, sai do meio. Porque eles acham que se tocar, já vão ser contaminados. E isso para nós é doloroso, porque nós somos dignos, nós nos orgulhamos do que nós sabemos fazer, porque nós colaboramos, nós somos colaboradores. Então nós também temos que ser tratados como merecemos ser. Não queremos ser olhados como coitadinhos como um deixa para lá, não. Queremos ser olhados como cidadãos. Nós queremos ser olhados e sermos respeitados.”

Ana Paula, representante da População de Rua de **Niterói (RJ)**, pontuou como desafio a criação de oportunidades para que os usuários exerçam o protagonismo, por meio da sua inserção em atividades de geração de renda, incentivando-os a disseminar os aprendizados adquiridos nos cursos de capacitação realizados entre seus pares. A estratégia indicada é o incentivo à constituição de cooperativas, para que os moradores de rua conquistem auto-sustentabilidade.









Sérgio, representante da População em Situação de Rua do **Rio de Janeiro (RJ)**, elegeu como desafios a discriminação social de que é alvo a população de rua e a realização de trabalhos baseados na comunicação e expressão dos usuários. Como estratégia, a oferta de serviços voltados para o tratamento do alcoolismo específicos para os moradores de rua.

“Eu acho que tem que ser feito um programa para essas pessoas que se encontram nas ruas bebendo e usando droga. Porque não adianta fazer programa, botar em colégio, instituição e botar em abrigo e coisa e tal, não vai adiantar nada se a pessoa continuar usando droga. Não vai adiantar nada, vai ser gastar dinheiro e jogar dinheiro fora. Tem que se preparar essa pessoa. Não adianta (...), dar casa para pessoas que estão usando droga. Não adianta, que ele vai cheirar a casa, ele vai beber a casa e vai usar a casa. Antes de fazer qualquer coisa com o morador de rua dependente químico tem que se preparar a ele, porque ele não está preparado, ele está inábil a qualquer coisa. Eu falo por mim. É preciso fazer um trabalho de psicologia com ele, um trabalho psicológico, preparar ele para que ele possa ter aceitação disso, de que ele é um doente, que ele não pode usar droga e não pode beber”.

Marco Antônio, do Fórum Permanente de Moradores de Rua de **Campinas (SP)**, além dos desafios já trazidos por outros painelistas, referiu a importância de serem criadas casas de reintegração social que, além de darem conta da necessidade de moradia, sejam aptas a trabalhar as questões relacionadas ao reatamento dos vínculos familiares, oferta de tratamento para drogadição e geração de oportunidades de trabalho. As estratégias destacadas situam-se no âmbito do enfrentamento da discriminação aos moradores de rua e da melhoria do acolhimento nos serviços de saúde.

Anita Gomes dos Santos, integrante do Fórum de População de Rua de **Belo Horizonte (MG)**, reclamou a ausência de representantes de outros ministérios implicados na formulação da política para população em situação de rua no Encontro promovido pelo MDS. Nessa direção, a estratégia mais reforçada pela expositora foi a articulação entre as políticas públicas que possuem interface com a questão da população em situação de rua, e a conquista do apoio da iniciativa privada no processo de reintegração produtiva desse segmento.

“(...) Ninguém está na rua porque quer. Porque fez aquela escolha, não. Cada um com seu problema. Não estamos aqui para julgar ninguém, estamos sim para fazer. Vamos acontecer. Chegou a hora de fazer acontecer. Os equipamentos, albergues e abrigos não são solução, não. Ameniza a situação. Se a pessoa tiver o trabalho, ela vai adquirir a sua sustentabilidade. Ela vai conseguir falar assim, coloquei aqui no meu bolso meu irmão um dinheiro que vai dar para eu comprar o pão. É isso que o povo quer. Oportunidade de trabalho. A reeducação, o processo de cooperativa, são ótimos, porém



não adianta só capacitar o povo, e não dar condição desses empreendimentos caminharem. Porque senão vai aquele monte de diploma para a gaveta e fica um programa todo parado. Queremos sim que os nossos direitos se tornem reais nas nossas vidas. É isso que o povo está pedindo, é isso que o povo está reivindicando. Então não tem nem muito o que falar (...) porque o povo não é bandido, não. O povo não é mendigo, não. O povo é cidadão e cidadão brasileiro. Isso que é o mais importante. Queremos contribuir para ver o desenvolvimento da nossa nação. Se o povo chega a tirar do que era lixo e se transformar em luxo, imagine mais o que o povo não pode tirar.”

Carlos Antônio, do Fórum de População de Rua de **Belo Horizonte (MG)**, reforçou a questão, já mencionada por outros participantes, de que não basta garantir moradia sem proporcionar condições de sustentabilidade às pessoas, de forma que a grande estratégia apontada foi a criação de projetos de geração de renda voltados para a inserção dos moradores de rua no mercado de trabalho.

Paulo Ivan, do Fórum de População de Rua da cidade de **São Paulo (SP)**, elencou três desafios principais: organizar a luta protagonizada pela população de rua, abrigada ou que trabalha com material reciclável; promover mais eventos em que a população de rua possa ser ouvida; e a promoção de maior igualdade social, tendo em vista que se vive, hoje, no Brasil, uma das maiores crises habitacionais de todos os tempos.

Destacou como principal estratégia a garantia de ampliação de verbas para a assistência social, de modo a promover a qualificação dos espaços de trabalho.

Sebastião, do Fórum de População de Rua do município de **São Paulo (SP)**, indicou como desafios a garantia de participação dos moradores de rua no Conselho Municipal de Assistência Social, a qualificação da relação que a Polícia Militar mantém com esse segmento e a oferta de oportunidades aos ex-presidiários, a fim de que não acabem em situação de rua.

A principal estratégia, segundo o expositor, situa-se no plano do financiamento da política pública, que deve abarcar o atendimento de todas as especificidades apresentadas por esse segmento.

“(...) Uma coisa que eu bato muito hoje, e acho que daqui para frente pode ser construído, é a questão intersetorial, que é pensar em criar alternativas de saída. Alternativas de saída. Não é mais de saída das ruas. Essa etapa dura de convencimento da pessoa aceitar o albergue ou aceitar moradia, ou aceitar o bolsa aluguel. Essa etapa está muito trabalhada e tem muitos agentes contratados e a gente persiste nas alternativas de saída pós-albergue. Não é mais um problema de assistência social única e exclusivamente à população de rua. Não é mais um problema único. A assistência social não



tem como e não deve segurar essa bucha sozinha. Porque vai levar a culpa de todas as falhas. E ao mesmo tempo em que nós também ficamos improdutivos e ficamos inutilizados, porque nós ficamos num espaço que precisa que outras secretarias assumam seus compromissos. Secretaria da habitação, secretaria do trabalho e da saúde, ministérios, tem que assumir esse compromisso. Hoje aqui em Brasília o morador de rua, cadê o ministro do Trabalho, cadê o ministro da Saúde? Cadê o ministro da Habitação? Então são essas coisas, desculpe-me emocionar, é que eu tenho muitas marcas da rua e eu luto para vencer, mas isso é muito difícil. Então cadê esses políticos, cadê a participação deles, cadê o orçamento da assistência que vai para fazer asfalto e revitalizar cidades, que expulsa pessoas como cachorros? (...) a polícia pode chegar batendo, as pessoas podem matar que não são punidas. Essas coisas precisam mudar. E é isso que a população de rua precisa. Ser tratado com seriedade, não como um problema, mas como cidadãos.”

Encerradas as exposições dos integrantes da mesa, os demais participantes do Encontro fizeram uma avaliação acerca dos depoimentos apresentados, manifestando que a riqueza de conteúdo dos painéis denota a ampliação da consciência sobre os direitos, o que vem a fortalecer o processo de organização do movimento da população em situação de rua, no sentido de garantir sua autonomia em relação ao Estado.

3. Desafios e estratégias para a construção de políticas públicas nacionalmente articuladas, para a população em situação de rua

3.1. Iniciativas e compromissos do MDS

O ministro Patrus Ananias, em sua fala de abertura do Encontro, afirmou o caráter prioritário que essa temática possui dentro do MDS, uma vez que este Ministério foi criado exatamente para cuidar e promover os mais pobres, entre os quais se encontram aqueles que vivem em situação de rua. Ressaltou a importância da existência de um consenso para a assistência social, construído ao longo dos anos, o que favorece a celebração de um pacto federativo, traduzido, hoje, na constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual, embora proposto pelo Governo Federal, foi compartilhado pelos governos estaduais, municipais, e com a sociedade civil organizada, tendo em vista que a aprovação final da sua regulamentação foi realizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), cuja composição é paritária. Apontou que a implantação do SUAS, nesse momento histórico, implica na construção, respeitadas as diferenças regionais e especificidades locais, de uma grande rede de proteção e promoção social.



“É uma integração de políticas sociais numa perspectiva ampla, nacional e universal, no sentido de acolher todas as pessoas, famílias, grupos, comunidades, populações que estejam dentro daquelas situações estabelecidas pelos programas (...), superando o clientelismo, o assistencialismo, e estabelecendo normas de procedimentos com princípios éticos, republicanos, de transparência e de prestação de contas, de participação e controle social.”

Enfatizou, ainda, a iniciativa do MDS em integrar as chamadas políticas emergenciais com políticas emancipatórias, políticas estruturantes na linha da organização popular, da recuperação da auto-estima, da geração de trabalho e renda, do apoio ao cooperativismo, da integração dos programas sociais com programas de desenvolvimento local, regional e tantas outras iniciativas vinculadas à economia solidária, fazendo referência à possibilidade de se pensar a inclusão produtiva como estratégia positiva para o enfrentamento da questão da população de rua.

De outra parte, os compromissos assumidos pelo MDS no decorrer do evento também podem ser sintetizados a partir da exposição feita pela **Diretora de Proteção Social Especial**, da Secretaria Nacional de Assistência Social, **Rita de Cássia**, que durante sua fala na tarde do primeiro dia do evento expôs as iniciativas do MDS na área da população em situação de rua, contando com a participação das consultoras Adelina Barone e Ana Paula Motta Costa.

Rita de Cássia assinalou que se vive, na assistência social, um momento muito especial, que é o momento em que, de fato, reconhece-se a assistência social enquanto política pública, assentada em três elementos fundamentais: descentralização, territorialidade e foco na família. Ressaltou a necessidade de o Estado e a sociedade se fazerem presentes na formulação, implementação e controle das políticas públicas, principalmente quando, no âmbito da assistência social, propõe-se a construção de uma política para a população em situação de rua. O primeiro passo dado para a consecução desse fim, esclareceu a painelistas, foi buscar os referenciais teóricos sobre o tema, chegando-se à conclusão de que o conceito de população em situação de rua é muito heterogêneo, pois abarca tipos diferentes de pessoas, mas que podem ser caracterizadas por elementos comuns.

“População de rua, para nós, é um grupo heterogêneo, que vive em situação de pobreza absoluta, que sobrevive de atividades que desenvolve no espaço da rua, mora na rua, tem vínculos familiares ou comunitários fragilizados ou interrompidos e passa a viver um processo de desfiliação social.”



Estabelecido o marco teórico do objeto de trabalho, passou-se à identificação dos desafios e estratégias para construção de uma política que seja pública, voltada a esse segmento da população. Nesse sentido, considerou que os principais desafios identificados até o presente momento são:

- produzir dados e informações relacionados ao público-alvo;
- superar a cultura de preconceito, desvalia, intolerância e assistencialismo com a população de rua;
- respeitar o processo de organização do movimento da população de rua, assegurando sua autonomia em relação ao Estado;
- articular as políticas setoriais e adequá-las às demandas desses usuários;
- assegurar uma linha contínua de financiamento para essa política;
- capacitar e habilitar o quadro de recursos humanos que trabalha com essa população;
- realizar campanhas educativas utilizando a mídia de um modo geral.

As estratégias essenciais pensadas, frente aos desafios detectados foram:

- realização de pesquisas censitárias e qualitativas;
- articulação das políticas públicas a partir de um núcleo básico, composto pela assistência social, saúde, educação, habitação, cultura, geração de trabalho e renda e sistema de garantia de direitos. Nesse sentido, a assistência social deve ter o seguinte papel: articulação de todas as áreas envolvidas na construção dessa política, articulação com o movimento organizado da população em situação de rua, articulação com as organizações não-governamentais (ONG's), sensibilização e educação da sociedade utilizando meios de comunicação de massa.

Em relação às iniciativas concretas, informou que a Diretoria de Proteção Social Especial, criada no ano de 2005, realizou um levantamento sobre o segmento da população de rua nas capitais e nos municípios brasileiros com mais de 300 mil habitantes, tendo trabalhado com a tese segundo a qual quanto maior a cidade, maior o número de pessoas em situação de rua.

Dos 76 municípios consultados, apenas 53 remeteram resposta; desses, apenas 35 souberam informar o número de pessoas em situação de rua. A contabilização dos números informados apontou para mais de 25 mil pessoas vivendo nessa condição, nas principais cidades brasileiras. Alguns dados colhidos no levantamento revelam que 80% da população em situação de rua é constituída por homens, a idade predominante situa-se entre os 18 e 50 anos, e 70% possuem o ensino fundamental.

A segunda iniciativa da Diretoria foi a elaboração de um documento chamado “Bases, Diretrizes e Subsídios para um Plano Interministerial de Trabalho com População de Rua”, que, em verdade, consistiu na análise dos dados obtidos por meio do levantamento realizado.



O Ministério participou, ainda, da Plenária de Rearticulação do Fórum de População em Situação de Rua, ocorrido em Belo Horizonte.

A Diretoria de Proteção Social Especial iniciou, também, um trabalho de articulação entre representantes de outros Ministérios, a fim de compor um grupo de trabalho, que deve elaborar políticas voltadas ao público em questão, o qual já se reuniu duas vezes.

No entanto, esse Plano não poderia ser aprovado sem que, antes, fossem ouvidas as representações do movimento organizado dos usuários, das entidades que prestam serviço na área e dos gestores locais, não apenas na perspectiva de legitimar o processo, mas de efetivamente torná-los partícipes dessa construção.

3.2. Experiência de governos municipais

O segundo dia do Encontro sobre População em Situação de Rua se iniciou com uma mesa sobre “Desafios e estratégias para a construção da política pública para população em situação de rua, experiências de gestão dos governos locais”. O objetivo dessa mesa foi diagnosticar os maiores problemas da gestão da assistência social no que se refere à população de rua, destacando-se os desafios, enquanto principais problemas, e apontar as soluções, não só no nível local, mas também do ponto de vista nacional.

Alba Rogério Otero (Niterói/RJ) destacou que a organização da população em situação de rua em fóruns representativos pode ser duplamente útil, tendo em vista que, além de constituir-se num importante instrumento para a vocalização das demandas dos sujeitos perante os gestores, tem a potencialidade de ajudá-los a traçar o seu plano promocional, enquanto estratégia para superação da situação de rua. Apontou que o município de Niterói conta com serviço de abordagem e recambiamento das pessoas que estão nas ruas, criado devido ao fato de que a maior parte das pessoas que perambulam pela rua da cidade não é natural de lá, havendo um contingente numeroso de migrantes, oriundo de outros municípios e estados.

Elegeu como maior desafio para o enfrentamento da questão a integração intersetorial, pois a área da assistência social sozinha não é capaz de dar conta das demandas desse público, fazendo-se necessário o trabalho conjunto com as demais políticas públicas.







Siênia Vaz da Costa (Brasília/DF) pontuou que o maior desafio é fazer uma articulação para inserir as crianças e adolescentes em situação de rua no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em suas cidades de origem. E ainda ressaltou como desafio para a construção de uma política para esse segmento a integração e articulação entre as políticas públicas, bem como a ampliação da rede de serviços especializados.

Chamou atenção para a necessidade de implantação de serviços intermediários entre a rua e os abrigos e albergues, e para a inadequação dos equipamentos públicos de grande porte, tendo em vista que os usuários acabam por perder sua identidade em seu interior, de forma que as unidades de pequeno porte propiciam a realização de intervenções mais exitosas.

Outro problema destacado pela gestora foi a ausência de uma política de recursos humanos voltada para os trabalhadores da área da assistência social, o que se reflete diretamente na questão da metodologia de trabalho, uma vez que não existem, atualmente, investimentos na capacitação continuada dos trabalhadores, nem uma política de carreira, cargos e salários definida.

No tocante à organização da população de rua, informou que em Brasília não existe nenhum movimento organizado, à exceção do movimento dos catadores de lixo, os quais não se enquadram no conceito de moradores de rua, porque a maioria possui seu lote, permanecendo no Plano Piloto apenas para a consecução de sua estratégia de sobrevivência.

Nívea Maria Poleser (Londrina/PR) informou que a Secretaria de Assistência Social do município de Londrina sofreu uma profunda reestruturação institucional, com base na proposta de constituição do SUAS, tendo sido criadas as Diretorias de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, a fim de promover o atendimento à população, de acordo com as especificidades que o serviço exige.

Ressaltou a importância de que a abordagem realizada junto à população em situação de rua seja humanizada, no sentido de que os profissionais devem olhar nos olhos dos usuários e aproximar-se mais deles, fazendo a leitura das suas expectativas de vida, incentivando que eles possam ressignificar seus projetos individuais, a partir da apresentação de estratégias de sobrevivência alternativas a sua permanência na rua. Para garantir a efetividade desse processo, assinalou a necessidade de articulação da rede de atendimento, a qual deve conseguir dar a devida resposta aos encaminhamentos realizados.



Elencou como dificuldades ao trabalho com população em situação de rua a inexistência de dados fidedignos acerca do perfil desses usuários; a falta da retaguarda pelos serviços de saúde, seja de atenção básica ou especializada; e o grande índice de adolescentes, jovens e adultos envolvidos em atividades ligadas ao tráfico de drogas. Conseqüentemente, concluiu pela essencialidade de integração entre os diferentes serviços das políticas públicas, especialmente das áreas de Justiça e Segurança e Saúde.

Citou como avanço conquistado na cidade paranaense a realização de uma Pré-conferência de Assistência Social específica com moradores de rua, abrangente de todas as faixas etárias, que se constituiu num espaço privilegiado de acolhimento das demandas desse segmento.

Anabel Pereira (Vitória/ES) manifestou sua preocupação com a aparente falta de articulação entre as intervenções focadas na população adulta e na infância e juventude, ocasionando uma descontinuidade no processo de inclusão social das pessoas. Nesse sentido, apontou como estratégia importante a articulação com entidades privadas que prestam serviços na área, porque elas são mais flexíveis do que a máquina pública.

Relatou que a maior dificuldade vislumbrada no cotidiano do trabalho da Secretaria Municipal de Ação Social de Vitória tem sido a ausência de interface com as demais secretarias da prefeitura, no sentido de prevalecer o entendimento de que “todo problema da população em situação de rua é, primeiramente, um problema da ação social e, somente a partir dos seus encaminhamentos, é que vai se tornar, também, um problema da saúde, da política habitacional, de geração de emprego e renda etc.”

Além disso, citou como dificuldades a falta de apoio financeiro do gestor estadual, a inexistência de articulação com os municípios da Grande Vitória e a falta de envolvimento da sociedade, fator que está relacionado à precária divulgação do serviço.

As soluções que vêm sendo colocadas em prática pelo gestor municipal são o envolvimento da sociedade civil organizada no debate, por meio da realização de seminários; a destinação de recursos específicos para a qualificação dos serviços; o desenvolvimento de uma pesquisa para delinear o perfil desses usuários visando à melhoria do atendimento; e a organização de um conselho participativo dos moradores de rua, produzindo o engajamento dos sujeitos no processo de discussão e definição das estratégias de intervenção.

Walter Varanda (São Paulo/SP) enumerou como desafios a identificação de um grande número de imigrantes vivendo nas ruas de São Paulo, a concentração da população de rua no centro da cidade e o fato de a maioria dessas pessoas dedicarem-se a alguma modalidade de trabalho informal. Explicou que essas situações geram contradições entre as ações exercidas pelo poder público, tendo em vista que a



municipalidade é pressionada para a retirada desses usuários das ruas do centro e para reprimir as atividades por eles desenvolvidas.

A interseção entre o circuito rua com o circuito tráfico e criminalidade também foi referida. Em relação às crianças e adolescentes em situação de rua, aponta que, no turno inverso ao da escola, eles dedicam-se a atividades caracterizadoras do trabalho infanto-juvenil, e que o maior desafio é incluí-las no PETI.

Apesar de o poder público municipal contar com uma ampla rede de serviços voltados para esse segmento, o gestor reconhece que é muito difícil lidar com a questão da população em situação de rua numa cidade do porte de São Paulo, porque nela realidades extremamente diferentes coexistem, em diferentes regiões da cidade. As soluções identificadas, nesse sentido, são uma pesquisa sobre o perfil desses usuários, que permita a qualificação da rede de serviços; e a articulação com os grupos representativos da população de rua, iniciativa que enseja um diálogo permanente com o movimento organizado, o que já vem sendo realizado. Destacou como possível avanço a tentativa de desenvolvimento de um trabalho inter-relacionado entre os órgãos da esfera municipal, envolvendo as secretarias da Assistência Social, Saúde, Habitação, Trabalho, entre outras.

Cristiane Franco de Carvalho (Recife/PE) apontou como dificuldades encontradas na execução de ações voltadas para população em situação de rua a dificuldade de relacionamento com a política de saúde desenvolvida em nível local, devido à falta de uma definição clara dos papéis de cada serviço; o baixo grau de envolvimento do restante da população no enfrentamento do problema; e o baixo padrão de qualidade dos serviços prestados pela rede conveniada na área.

Ponderou que uma dificuldade que comumente o município de Recife enfrenta, por se tratar de uma cidade pólo dentro de uma região metropolitana, que diz respeito aos migrantes que habitam as ruas, é a ausência de serviços equivalentes nos municípios de origem, que sejam capazes de acolhê-los. Com base nas ações que vêm sendo experienciadas, a gestora aponta como avanços a estruturação de uma rede de serviços próprios, possibilitada pela reorganização institucional promovida na área da assistência social, bem como a definição de uma política pública de atenção à população de rua, orientada por uma metodologia de trabalho centrada na abordagem acolhedora, e não na ação residual de recolhimento; e o envolvimento dos educadores sociais na realização de uma pesquisa destinada a conhecer o perfil dos usuários. O programa Travessia é o carro-chefe dessa política.



Marília da Rocha (Rio de Janeiro/RJ) informou que o primeiro desafio vivido no desenvolvimento de um trabalho voltado para a população em situação de rua foi o de forjar uma cultura institucional capaz de apreender o significado de intervir junto a esse público, marcado por um severo processo de exclusão, o que exigiu preparar os profissionais para realizar essa tarefa.

Relata que foi elencado um conjunto de informações estratégicas, objetivando identificar a comunidade de origem dos usuários e as situações que determinaram a sua exclusão. Tal esforço permitiu concluir que, nas comunidades que apresentam indicadores de extrema vulnerabilidade, não é apenas a questão da falta de serviços públicos ou a extrema pobreza que justificam a situação de rua, mas, fundamentalmente, as falhas do sistema de segurança pública, forçando que famílias, ou grupos inteiros dessas comunidades, procurem alternativas de segurança na rua.

Citou, ainda, como dificuldades a caracterização desse público, face à inexistência de dados sistematizados acerca do seu perfil; a impermeabilidade das políticas de saúde e educação às demandas dos usuários; e a falta de financiamento da rede de abrigamento para adultos por parte dos governos Estadual e Federal.

O avanço mais significativamente percebido, a partir de sua experiência de gestão, foi a mudança da perspectiva do trabalho, que não é mais centrado apenas na perspectiva do sujeito, mas envolve sua família e sua comunidade, o que não encontra correspondência nas cidades vizinhas, as quais não possuem sequer uma política de proteção social básica.

Em seu entendimento, as estratégias para superação das dificuldades situam-se na promoção de uma articulação intermunicipal, a ampliação do diálogo com a secretaria de Segurança Pública e a garantia de capacitação continuada dos profissionais que atuam junto a esse segmento.

Virgínia Assunção (Fortaleza/CE) pontuou como dificuldades principais a inexistência de um órgão autônomo de assistência social no município, pois o que existe é uma Secretaria de Educação e Assistência Social; ausência de uma política municipal voltada para o atendimento da população em situação de rua; a carência de recursos humanos, que se reflete na impossibilidade de manutenção de serviços próprios; e a incapacidade da rede conveniada em dar conta sozinha da questão. No entanto, há disposição do poder público municipal em realizar uma reforma administrativa, criando um órgão que cuide do desenvolvimento social na cidade.

Além disso, foi realizado já um fórum para ouvir o segmento em situação de rua, de forma a incluí-lo na agenda e na vida da cidade, o que pode ser considerado concretamente como um avanço.



A gestora manifestou preocupação em relação à problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes oriundos de municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, o que impulsiona o turismo sexual. Apontou, ainda, a necessidade de se pensar em alternativas de inclusão produtiva, haja vista que a maior parte das iniciativas de geração de emprego e renda efetivadas no município encontra-se ligada às atividades de reciclagem de materiais, o que não contempla o conjunto dos usuários. Ressalta que, nesse momento de construção de políticas de proteção social especial, o município sente a necessidade de maior apoio dos governos Estadual e Federal.

Élcio Nichimura Romeiro (Porto Alegre/RS) pontuou como desafios a dificuldade de determinar os limites da assistência social no município; a necessidade de cuidar dos cuidadores; a urgência em realizar um trabalho mais integrado com a área da saúde, para que possa dar conta dos inúmeros episódios de sofrimento psíquico, associados ao uso de álcool e outras drogas, tuberculose e Aids; a falta de recursos financeiros para reforma e manutenção de serviços próprios; e o crescimento do número de pessoas com deficiência em situação de rua.

Lembrou, ainda, que é importante pensar em alternativas de geração de renda para reinserção social mais atentas aos interesses dos usuários, e não somente trabalhar com a perspectiva da reciclagem de materiais.

Dentre os avanços implementados, realça as alternativas de auto-sustentação como estratégias para otimização de vagas em abrigos, evitando a permanência prolongada dos usuários. Nesse contexto, a parceria com ONG's e a operacionalização de um banco de dados integrado, em parceria com os municípios da grande Porto Alegre, vêm facilitando o trabalho com as crianças e adolescentes em situação de rua, considerando que, pelo menos, 40% desse segmento são da região metropolitana.

Cilene da Silva (São Luís/MA) propôs que se pense com mais cuidado no atendimento dirigido ao jovem adulto, com idade entre 18 e 24 anos, em situação de rua, pois esse é um segmento que vem se vulnerabilizando cada vez mais, principalmente, por influência do poder do tráfico.

Também sugeriu que os programas voltados para a reinserção social tenham maior articulação com aqueles destinados ao apoio sócio-familiar, a fim de que possam ser forjadas condições para que as famílias possam acolher as pessoas que saem das ruas. Apontou como problemas existentes em seu município a insuficiência da rede de serviços públicos, especialmente na perspectiva de acolher as demandas relacionadas às áreas da saúde, habitação e geração de renda; a ausência de serviços de abrigagem; e as dificuldades de conveniamento com entidades privadas que oferecem esse serviço.



Expôs a realidade local, explicando a situação da população em situação de rua na cidade de São Luís, que é formada por adultos migrantes, em processo de êxodo rural, sem referência familiar na capital, e de crianças e adolescentes pertencentes a famílias locais, que não encontram atrativo nos programas sociais, pois a renda proporcionada por esses é menor do que a auferida pelo trabalho infanto-juvenil praticado nas ruas.

Apontou como estratégia o esclarecimento da sociedade, em geral, para que não incentivem a permanência das pessoas nas ruas, por meio da doação de esmolas e da remuneração de serviços prestados informalmente.

Cátia Rose Gonçalves (Campinas/SP) elegeu como desafios o alto grau de incidência de moradores de rua que apresentam alguma dependência química e transtorno mental; a garantia de moradia e inclusão produtiva às pessoas que abandonam as ruas; a insuficiência de vagas na rede própria de albergues e abrigos; e a questão da “itinerância”.

As estratégias pensadas pela gestora, a fim de enfrentar os desafios apontados, foram a capacitação dos trabalhadores da área da saúde para lidar com a especificidade do problema do alcoolismo e do transtorno mental em moradores de rua; a realização de programas de geração de renda com oferta de uma bolsa incentivo; e o auxílio moradia e estímulo ao cooperativismo. Enfatiza, ainda, que têm se mostrado importantes as iniciativas de busca de apoio da iniciativa privada para o financiamento de projetos de profissionalização; o conveniamento com ONG's para aumentar a capacidade de abrigagem do município; e a implantação de programas de recâmbio, em parceria com outros municípios.

Considera importante o estabelecimento de vínculo com o usuário, conhecimento de sua história pessoal, localização da família, incentivo à reformulação de um projeto de vida e estímulo ao retorno ao município de origem, com a articulação da rede local para recepção dessa pessoa.

Denise Marques (Belo Horizonte/MG) apontou como pontos positivos do trabalho dirigido à população em situação de rua executado no município de Belo Horizonte a existência de uma rede de serviços próprios e conveniados, que consegue dar conta da demanda.

Em relação à organização pensada para o SUAS, questiona o fato de a média complexidade encontrar-se situada no âmbito da atenção social especial, pois, em realidade, é a média complexidade que consegue dar conta da maior parte das vulnerabilidades identificadas pela rede de proteção social básica.



Pontua como importante desafio a necessidade de gerar uma maior articulação entre as intervenções dirigidas à população adulta e à infância e juventude, respeitadas as especificidades que cada uma apresenta. A gestora trouxe para reflexão a necessidade de incidir na formação acadêmica dos diferentes profissionais, considerando que os profissionais que chegam ao mercado não dão conta das necessidades do trabalho orientado para a população em situação de rua, o que gera intervenções compartimentadas.

Entre os desafios relativos à reinserção social, ressaltou a questão da inclusão produtiva, ponderando que, atualmente, apesar de existirem muitos cursos e capacitações, não se consegue produzir a inclusão do usuário no mercado de trabalho.

3.3. Experiências das organizações não-governamentais

Na tarde do segundo dia do Encontro, os participantes assistiram a um painel apresentado por representantes da sociedade civil organizada, que desenvolvem trabalhos com a população em situação de rua, cujo objetivo foi “Identificar os grandes desafios e estratégias para formulação de políticas públicas voltadas para esse segmento”.

Nilvete Brener de Oliveira, da Agência de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais de **Vitória (ES)**, apresentou a instituição que representa, a qual tem por objetivo principal promover a reinserção social e familiar das pessoas que se encontram em situação de rua. Com relação aos desafios encontrados no processo de trabalho, referendou a dificuldade de contar com a retaguarda dos serviços de saúde, já apontada por outros painelistas no decorrer do evento, mas informou que, no caso da experiência que realiza, todas as necessidades dos usuários que o SUS não consegue atender são financiadas pela própria instituição, por meio de convênio com serviços particulares.

Destacou, ainda, a dificuldade de lidar com as pessoas que possuem sofrimento psíquico, principalmente aqueles que não aceitam aproximação da equipe de abordagem, o que tem sido solucionado pelo encaminhamento dos casos ao Ministério Público, com a solicitação de interdição, para que se possa realizar o atendimento necessário.

A inserção dos usuários no mercado de trabalho também foi referida como dificuldade, apesar da oferta de cursos profissionalizantes pela prefeitura local. Outro grande desafio é a discussão com o conjunto dos municípios da Região Metropolitana de Vitória, considerando a atração exercida pela capital em relação aos moradores de rua. Uma estratégia que vem dando certo é o estabelecimento de uma parceria



com a Polícia Militar, com o objetivo de encaminhar essas pessoas para os serviços de referência em seus municípios de origem.

Aparecida, da Cáritas Arquidiocesana de **Campinas (SP)**, elencou como desafios a questão da drogadição, do alcoolismo, da desvinculação familiar, do desemprego, da falta de moradia, da saúde e da educação.

Dentre as estratégias, citou o estabelecimento de parcerias com o poder público e outras entidades não-governamentais, a abertura da instituição ao trabalho voluntário, a participação dos usuários em fóruns participativos e a necessidade de qualificar a abordagem com as pessoas em situação de rua, a partir da escuta sensível qualificada à especificidade das suas vulnerabilidades.

No tocante à questão geração de trabalho e renda, sugere que se pense na possibilidade das prefeituras absorverem os usuários em processo de reinserção social, como trabalhadores terceirizados intermediados por empresas tomadoras de serviços.

Rosana Brunete, da Organização de Auxílio Fraternal (OAF) de **São Paulo (SP)**, apresentou uma série de iniciativas empreendidas pela entidade, tais como a busca de apoio junto à iniciativa privada, universidades, SENAI, SESI, entre outros, para a promoção de atividades de geração de renda voltadas para moradores de rua.

Apontou como desafio que os governos tornem-se mais permeáveis às propostas das ONG's, que vêm oferecendo serviços de forma complementar à ação do poder público, principalmente no que se refere às proposições nas áreas da geração de renda, habitação, educação e saúde. Sugeriu que a capacitação dos profissionais que atuam nas ONG's seja coordenada pelo órgão gestor da política de assistência social em nível municipal, a fim de que haja unidade entre as ações executadas na rede pública e na rede privada.

Luciano Rocco, representante da Organização Civil de Ação Social (OCAS), do **Rio de Janeiro (RJ)**, pontuou os seguintes desafios: implementação de um projeto de geração de renda que trabalhe com a comunicação, de modo a produzir a inclusão produtiva ao mesmo tempo em que divulgue a questão do morador de rua aos demais segmentos da população; a efetivação dos princípios inerentes à democracia participativa; e a necessidade de maior articulação com a sociedade civil organizada.







Identificou como avanços a criação de uma comissão permanente de monitoramento da política de assistência à população adulta em situação de rua, dentro do Conselho Municipal de Assistência Social da cidade do Rio de Janeiro, que vem trabalhando com a sociedade civil para apresentar propostas para uma política pública em nível municipal. Além da realização de uma pesquisa, envolvendo as trinta entidades que trabalham com o público-alvo, que exigiu a participação dos profissionais que trabalham nos serviços e dos usuários, e a apresentação dos resultados dessa pesquisa na Conferência Municipal de Assistência Social, realizada recentemente.

Juarez Cardoso Vasquez, diretor do Abrigo Beneficente Monsenhor Felipe Diel, de **Porto Alegre (RS)**, após divulgar o trabalho que vem sendo realizado pela instituição junto aos moradores de rua da capital gaúcha, manifestou sua preocupação relativamente à situação das pessoas que, embora possuam escolaridade, não encontram colocação no mercado de trabalho e acabam vivenciando a situação de rua pela falta de oportunidades.

Referiu como desafios a dificuldade financeira em manter serviços voltados para o atendimento das especificidades dos moradores de rua e a necessidade de unificação de esforços para vencer a problemática da situação de rua. Destacou como estratégias a ampliação das parcerias já existentes com os governos locais e demais instituições privadas e a divulgação dos serviços que vêm sendo realizados, a fim de conquistar o engajamento de novos atores sociais.

Lígia Simões, representando a Central de Oportunidades da cidade de **Niterói (RJ)**, apontou como desafios a importância de definição do papel das ONG's na parceria com os governos, uma vez que elas não devem assumir o papel do Estado, mas, pelo contrário, devem agir de forma complementar a sua ação, bem como acompanhar, monitorar e avaliar o seu trabalho.

Além disso, lembrou que a instalação de uma Secretaria Nacional de Juventude pode favorecer o trabalho preventivo em relação à questão da situação de rua, tendo em vista que os trabalhos daquele órgão voltam-se para um público de extrema vulnerabilidade. Avaliou de forma positiva que o Governo Federal tenha assumido uma posição de escuta dos governos locais e das organizações que acompanham a atuação desses governos.

Marta Maria, da Rede Amiga da Criança, de **São Luís (MA)**, expôs o relato da experiência de articulação de diversas organizações governamentais e não-governamentais em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Destacou como estratégia a consolidação de redes locais para que as intervenções junto à população em situação de rua, principalmente a infanto-juvenil, tenham êxito. De outra parte, ressaltou a



importância de não se perder de vista a necessidade de colocar a família no foco da atuação da rede, uma vez que a preservação dos vínculos familiares é imprescindível para o enfrentamento das vulnerabilidades.

Márcia Gonçalves Valin, da entidade Sinal Verde, de **Londrina (PR)**, dentre outros desafios já trazidos ao debate pelos demais painelistas, destacou as questões da urgência em se garantir o acesso à documentação para os moradores de rua, sem o que não é possível acessar os serviços prestados pelo Centro de Atenção Psicossocial Especializado no Tratamento contra Álcool e Drogas; a necessidade de modificação do sistema de inclusão na rede escolar para os adultos, que têm mais dificuldade de se fixar em instituições de ensino; e o envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas, que se encontram em situação de ameaça constante devido a dívidas contraídas.

Em relação aos avanços, citou a participação dos usuários nas Conferências de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Cristina, representante da Pastoral da Rua de **Belo Horizonte (MG)**, afirmou a necessidade de reconhecer a heterogeneidade inerente à população em situação de rua, a fim de que possam ser levadas a cabo intervenções mais adequadas aos perfis apresentados pelos usuários.

Pautou a questão da reforma urbana como grande desafio a ser enfrentado, uma vez que, se não articulada com a política de atenção aos moradores de rua, pode gerar ações contraditórias por parte do poder público, que, de um lado, fará o acolhimento, e, de outro, exercerá o recolhimento, com finalidade de organização das vias públicas.

Trouxe à tona a situação da terceirização dos lixões, que limita a oportunidade de renda aos usuários que se destinam à atividade de catação de material reciclável.

Como estratégia, lembrou a possibilidade de se trabalhar com o princípio da “Função Social da Propriedade” (Constituição Federal), a fim de garantir uma alternativa para a moradia, pois existe uma grande quantidade de imóveis ociosos e áreas degradadas que poderiam ser destinadas ao assentamento dessa população.



Luís Vieira, da Pastoral do Povo da Rua de **Fortaleza (CE)**, referiu como estratégia ouvir mais a contribuição do público-alvo da política, o que em sua cidade serviu de impulso a que se realizasse um seminário cujo tema foi “um olhar para a cidade a partir da rua”, o que serviu para que os profissionais da rede de atendimento pudessem compreender mais de perto a realidade da população em situação de rua.

Delíris, da Cáritas Arquidiocesana de **Brasília (DF)**, dentre outros desafios, citou a necessidade de buscar apoio para os catadores, no sentido da regularização dos imóveis em que se encontram residindo, devido ao decurso do prazo para aquisição da propriedade por usucapião.

Dentre as estratégias já utilizadas, destacou a inclusão de representantes dos catadores no Conselho Gestor da Coleta Seletiva, na Esplanada dos Ministérios, que permitiu aos usuários protagonizar o processo de luta por seus direitos referentes à garantia da oportunidade de exercício de uma atividade produtiva.

Iara da Rosa, coordenadora da Associação Cultural Beneficente Ilê Mulher de **Porto Alegre (RS)**, enfatizou a questão da necessidade de que os programas de geração de renda sejam pensados em razão das potencialidades dos usuários, suas habilidades e especificidades.

De outra parte, enfocou, a partir de sua experiência, que o perfil apresentado pelos trabalhadores das ONG's é mais adequado para prestar atendimento às pessoas que se encontram em situação de rua, do que os funcionários públicos. Esses últimos, salvo exceções, não demonstram muito gosto pela função, devido à sua peculiar situação de servidores concursados, detentores de estabilidade.

4. Síntese das discussões sobre os desafios e estratégias para a construção de políticas públicas nacionalmente articuladas, dirigidas à população em situação de rua – Plenária Final

O Encontro sobre População em Situação de Rua reuniu gestores municipais, organizações e entidades de assistência social que trabalham com o tema, bem como fóruns e movimentos representativos da população que se encontra em situação de rua, com o objetivo de identificar os desafios estratégicos da construção de uma política pública voltada para esse segmento, que seja nacionalmente articulada, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).



Como resultado dos debates realizados durante o Encontro, podem ser ressaltados os seguintes pontos, que constituem a referência consensual acerca das questões que perpassaram as discussões:

4.1. Desafios:

- a. Produção de informações sobre a população em situação de rua;
- b. Superar a cultura social do preconceito, da desvalia, da intolerância e do assistencialismo em relação a esse público;
- c. Apoiar e respeitar o processo de organização, assegurando o protagonismo do segmento, e autonomia em relação ao Estado e às organizações não-governamentais;
- d. Articular as políticas setoriais e adequá-las às demandas do segmento com base em princípios universalizantes, éticos, e com respeito aos direitos humanos;
- e. Assegurar uma linha contínua de financiamento no âmbito dos governos Federal, estaduais e municipais, por meio da utilização de recursos orçamentários próprios, ou concessão de incentivos fiscais a pessoas físicas e jurídicas;
- f. Assegurar ações educativas de massa, considerando a necessidade de desenvolvimento de campanhas de mobilização e sensibilização para o entendimento da questão, dirigidas à sociedade como um todo;
- g. Mobilizar e adequar os serviços de segurança e justiça, de modo a prevenir e responsabilizar os culpados por crimes cometidos contra a população em situação de rua, revertendo a situação de impunidade;
- h. Capacitar e habilitar o quadro de pessoal das instituições que prestam atendimento a esse segmento.

4.2. Estratégias:

- a. Produzir dados, por meio da realização de pesquisas censitárias e qualitativas;
- b. Desenvolver um sistema de informações para subsidiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas;



- c. Promover a articulação intersetorial e adequação das políticas públicas, como assistência social, saúde, educação, habitação, cultura, trabalho, emprego e renda, política agrária e agrícola, sistema de garantia de direitos, segurança e acesso à Justiça;
- d. Desenvolver metodologia de trabalho que considere a garantia dos direitos, o resgate da auto-estima e reorganização dos projetos de vida de cada sujeito que se encontra em situação de rua;
- e. Conceber e implementar programas, ações e projetos centrados nos aspectos da acolhida, do convívio e da autonomia;
- f. Assegurar a realização da equidade em relação às questões de gênero, de etnia e cultural nos programas sociais públicos;
- g. Considerar que a assistência social deve exercer função articuladora, a partir do SUAS, estabelecendo relações entre as três esferas de governo;
- h. Promover a participação do movimento organizado da população em situação de rua na formulação das políticas públicas;
- i. Promover articulação com todas as instituições com atuação na área, abrangendo o Ministério Público, Defensoria Pública, ONG'S, Universidades, conselhos de políticas, entre outros;
- j. Sensibilizar e educar a sociedade, pela utilização dos meios de comunicação de massa, com vistas à superação dos preconceitos, discriminação etc;
- k. Garantir uma política de recursos humanos que inclua as questões de delineamento do perfil das equipes, garantia de capacitação continuada e de condições de trabalho adequadas.

4.3 Aspectos relevantes:

- a. Reconhecimento e valorização da organização e luta da população em situação de rua, evidenciando seu protagonismo, assegurando condições para que isso seja viável;
- b. Necessidade de se fazer um enfrentamento dos crimes cometidos contra esse segmento que permanecem impunes;



- c. Tratamento digno, ético e humanização das relações estabelecidas com o segmento;
- d. Respeito às diferenças de raça, cor, etnia, faixa etária, gênero, religião e orientação sexual;
- e. Caráter temporário da rede de acolhimento, assegurando um padrão mínimo de qualidade dos serviços prestados;
- f. Importância da recuperação da auto-estima dos usuários, a fim de que possam construir um novo projeto de vida, inclusivo, como opção para saírem da rua;
- g. Preservar nas metodologias de trabalho os diferentes saberes e aspectos culturais dos sujeitos envolvidos;
- h. Preocupação com o grande índice de casos de transtorno mental e uso de álcool e outras drogas pela população em situação de rua;
- i. Atenção especial à situação dos “trecheiros”;
- j. O debate da política ambiental não pode perder de vista que inúmeras pessoas têm no material reciclável sua fonte de subsistência;
- k. Aprofundamento da discussão sobre o conceito de população em situação de rua.

Os desafios apontados consistem nas dificuldades identificadas pelos diferentes atores sociais para a implementação de uma política pública voltada para a população em situação de rua. Da mesma forma, as estratégias elencadas dizem respeito às soluções cogitadas pelos sujeitos para superação das dificuldades. Sob a denominação de aspectos relevantes, foram enumeradas as questões trazidas ao debate por meio dos painéis e que possuem o potencial de inovação para a formulação da política setorial.

A finalização do evento contou com a avaliação dos participantes, os quais, em sua grande maioria, referiram que a iniciativa do MDS foi positiva e que a perspectiva e de unidade de trabalho, porque apontou para um caminho de cidadania. Tal iniciativa possui um caráter fundamental, considerando o momento político de criação do SUAS. O I Encontro sobre População em Situação de Rua propiciou uma construção coletiva e de co-responsabilidade, por meio da articulação entre gestores, entidades prestadoras de serviços e usuários, a qual tem a potencialidade de gerar indicativos importantes na orientação do curso da política pública.



PARTE II. ANÁLISE E RESULTADOS DO PROCESSO



1. LEVANTAMENTO ACERCA DOS ENTENDIMENTOS DOS PARTICIPANTES DO ENCONTRO SOBRE A REALIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS AO SETOR.

1.1. Introdução¹

O presente documento é composto pela análise das entrevistas realizadas pela equipe da Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão e Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com alguns dos participantes do **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**.

O relatório apresentado a seguir conta, em sua primeira parte, com a apresentação da metodologia adotada no levantamento realizado, bem como na análise dos dados obtidos.

Logo a seguir, o texto, produzido com a síntese das entrevistas realizadas e a análise de conteúdo das mesmas, está organizado a partir de categorias estabelecidas ao longo do tratamento dado ao material bruto (processo explicado na Metodologia). Sendo assim, divide-se em quatro grandes eixos: **Lugar de fala; A realidade de quem vive em situação de rua; Política de atendimento; Avaliação do encontro e expectativas**. Os quais, por sua vez, encontram-se subdivididos em itens, conforme a necessidade de organização do texto.

1.2. Metodologia

No processo de análise documental realizado foi utilizada a técnica de “análise de conteúdo”. Tal abordagem metodológica consiste, segundo Berelson (2002), “(...) numa técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa (frequencial) do conteúdo evidente da comunicação.” (Berelson apud Marconi & Lakatos: 2002).

Para Ander-Egg (2002), trata-se da técnica mais utilizada para investigar o conteúdo das comunicações a partir da classificação dos elementos da comunicação em categorias. (Ander-Egg apud Marconi & Lakatos:2002).

¹ A responsabilidade de tratamento e análise dos dados foi da consultora Ana Paula Motta Costa, socióloga e advogada, mestre em Ciências Criminais e professora na Universidade Metodista de Porto Alegre-IPA, e contou com a colaboração de Jane Cruz Prates, assistente social da Prefeitura de Porto Alegre, doutora em Serviço Social e professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/RS.



Entende-se por categorias: “(...) elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais e dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo como intensivo” (Marx apud Lukács: 1997).

Berelson, referindo-se aos objetivos do uso desta técnica, ressalta como principais: a verificação de características do conteúdo, análise dos motivos do conteúdo e efeitos do conteúdo. (Berelson apud Marconi & Lakatos:2002).

Bardin (1977) aponta que a análise de conteúdo abarca dois tipos de comunicação: a instrumental e a representacional. Na primeira, a ênfase central é atribuída ao contexto e às circunstâncias em que a mensagem foi produzida; na segunda, a centralidade está no uso das palavras, no sentido atribuído aos fenômenos em análise pelo autor da comunicação.

Setubal (1994) ressalta a importância de articular os dois tipos de comunicação para uma interpretação que contemple a complexidade dos fenômenos sociais. Segundo a autora,

“a análise de conteúdo entendida como técnica de compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação (escrita, oral ou icônica) tem como objetivos: ultrapassar as evidências imediatas, à medida que busca a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas e a validade de sua generalidade; aprofundar, por meio de leituras sistemáticas e sistematizadas, a percepção, a pertinência e a estrutura das mensagens.” (Setubal in Martinelli: 1994).

A técnica de análise de conteúdo é bastante efetiva para avaliação de depoimentos obtidos pelos relatos orais. Segundo Rojas (1994), os relatos orais são:

“o não explícito das vivências dos indivíduos que vivem em um determinado meio social. É o conjunto de vivências, emoções e experiências das pessoas que não está nos documentos e que tem um valor inestimável na transmissão, conservação e difusão dos conhecimentos.”

Esses conteúdos permitem a identificação dos sujeitos em um determinado meio, contexto e período de tempo. Segundo a autora, esse procedimento objetiva pôr, em palavras, as emoções e ações próprias ou alheias, contando suas vivências e experiências como as tem sentido, relatando a sua cotidianidade, na forma por ela vivenciada, ou o legado de antepassados, como os entendeu. (Prates, 2003).



Segundo Bardin (1977), as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três pólos cronológicos, a saber, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

A **pré-análise** consiste na realização da leitura flutuante (deixar-se invadir pelas impressões e orientações do texto), da organização e preparação do material a ser analisado, na escolha dos documentos, na formulação de hipóteses ou questões de pesquisa, na definição dos objetivos e de indicadores que fundamentem a interpretação final.

A preparação do material consiste nos procedimentos a serem realizados que possibilitem a realização da análise, tais como transcrição de fitas, fichamentos etc. que, posteriormente, na etapa chamada por Bardin (1977) de “exploração do material”, serão codificados e enumerados, de acordo com regras previamente formuladas pelo pesquisador. (Prates, 2003).

No caso do presente estudo, o material bruto consistiu na transcrição literal de 10 entrevistas semi-estruturadas, cada uma delas com duração em média de uma hora cada, o que gerou um relatório inicial de 196 páginas.

Prossegue Bardin (1977), definindo que a descrição analítica inicia-se já na pré-análise, mas nesta etapa o *corpus* é submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Segundo Triviños (1987), os procedimentos de codificação, classificação e categorização são básicos nesta instância do estudo. É neste momento que surgem os quadros de referência, os quais servem de base para a realização das inferências. As categorias que orientam o processo de análise podem ser teóricas, explicativas da realidade, oriundas do método que fundamenta a leitura da realidade do pesquisador, ou empíricas, aquelas que surgem da fala dos sujeitos.

Essa técnica, desenvolvida de forma mais aprofundada por Bardin (1977), possibilita muitas modalidades de análise, a partir de cortes realizados, de acordo com o material em estudo e as escolhas efetivadas pelo pesquisador.

Portanto, no caso deste trabalho, partiu-se do material bruto. Após leitura total do material, foram selecionadas manifestações que se repetiam em mais de uma ou em várias entrevistas ou ainda outras que expressavam de forma significativa o posicionamento do entrevistado em questão. Foi feita uma segunda leitura cuidadosa do material selecionado, sendo definidas as categorias de análise.



Tal definição contou com a inferência das pesquisadoras e, com base na expressão dos sujeitos, foram estabelecidas conexões teóricas, no intuito de melhor interpretar o material expresso, utilizando estudos anteriores realizados sobre a temática.

Dessa forma, tratou-se da fase final, definida por Bardin (1977) de interpretação inferencial, que se constitui na análise, interpretação e explicação dos conteúdos manifestos e latentes, realizada a partir da mediação entre o conteúdo descrito e a teoria que orienta o pesquisador para a realização das inferências e de sua conexão com outros estudos e teorias que as reiteram ou refutam (Prates, 2003).

1.3. Resultados do Processo e Análise de Conteúdo

1.3.1. Eixo 1 - O lugar da fala

Dos onze sujeitos entrevistados, cinco tinham história de vida de rua, além de realizarem seu processo de trabalho vinculado a este segmento populacional. Seis eram homens, cinco mulheres, e os serviços aos quais estavam vinculados se localizam geograficamente nos seguintes estados: RS, SP, PE, MG, MA e RJ.

A seleção dos sujeitos entrevistados caracterizou-se como uma amostra do tipo intencional por acessibilidade. Foi considerado que suas manifestações durante o Encontro aportavam olhares sobre o fenômeno da “rualização”, que se originava de vivências realizadas em diferentes regiões do país, com experiências destacadas nos locais onde atuam. Avaliou-se, portanto, que suas contribuições eram representativas. No entanto, os processos de generalização somente foram possíveis quando seus aportes singulares eram confirmados por pesquisas de maior vulto, cujos dados foram a elas articulados para viabilizar esse movimento.

Nas primeiras expressões dos entrevistados categorizadas como “o lugar da fala”, os sujeitos destacaram a importância do trabalho realizado para superação do processo de rualização, embora reconheçam a complexidade e dificuldade para efetivação desse movimento, o que será explicitado ao longo de suas expressões.

Ao expressarem a representação que fazem do lugar que os referencia para fazer as avaliações, trazem suas histórias de vida de rua anteriores, marcadas por perdas, culpas e uso abusivo de álcool, o que posteriormente será reiterado ao referirem-se às características do segmento com o qual trabalham. Estes aspectos, que serão retomados mais adiante de modo articulado às categorias de análise, são amplamente confirmados por estudos realizados com moradores de rua, em âmbito mundial e em grandes metrópoles brasileiras. (Vieira *et al*, 1992; Reis *et al*, 1994; Slagg, Lyons & Cook, 1994; Rosa, 1995; Dixon, 1995; Zlotnick & Robetson, 1996; Snow & Anderson, 1998; Prates *et al*, 2000; Abreu *et al* 1999; Bulla *et al*, 2004; e outros).



A fala transcrita a seguir, de um dos entrevistados, é ilustrativa acerca da visão de quem esteve na rua e hoje fala sobre sua própria realidade:

“Eu questionava muito porque eu fui parar também na rua. É sacanagem, eu não merecia isso, ficar com esta sensação de culpa, você tenta entender o que aconteceu, porque ficou nessa situação? Foi uma fase difícil! Hoje eu superei, hoje eu penso o que eu posso fazer, já que uma vez..., nessa situação, é fazer o que estou fazendo, trabalhar e mobilizar aquilo lá, para ver se (...) reverte, e a gente está fazendo uma revolução, nesse sentido, de pensamentos, atitudes... Isso a vida já mudou lá em São Paulo, hoje eles não são poucos não, eles vão atrás das conquistas e direitos, eles influenciam nas eleições, eles influenciam nas decisões do município e do estado e da nação também.”

1.3.2. Eixo 2 - A realidade de quem vive em situação de rua

As constatações dos entrevistados quanto à realidade do morador de rua, confirmados pelos estudos anteriormente referenciados, tratam de histórias e cotidianos marcados por perdas, exclusão e desqualificação.

Verifica-se em suas expressões o que se pode chamar de auto-exclusão, ou seja, o não reconhecimento de si próprio como sujeito de direitos, como parte integrante da sociedade, inferência realizada a partir da expressão de um dos entrevistados “eu era, antigamente, como bem dizer, da sociedade...”, ou seja, mostra a internalização por parte dos sujeitos moradores de rua de uma imagem desqualificada, reiterada pelo estigma com que são tratados pela sociedade, levando-os em algumas situações a isolamentos quase absolutos, conforme destaca Paugam (1999).

Segundo o autor (Paugam, 1999), a desqualificação social, uma das faces do processo de exclusão, é humilhante e interfere na qualidade de relações, incitando o fechamento do sujeito sobre si mesmo e a perda de referências. A culpa, resultante de uma visão reduzida da realidade, que não identifica situações estruturais – por exemplo, de desemprego, como uma expressão da questão social, condicionada, portanto, por fatores conjunturais e estruturais e não por “incompetências individuais”, ou, ainda, o não reconhecimento do alcoolismo como doença, que necessita de tratamento – faz com que se acentue o sentimento de fracasso e a baixa auto-estima. Tal leitura da própria realidade, em uma condição adversa, de falta de oportunidades, pode significar a desistência e a acomodação a esta condição de “sobrante”, para usar uma expressão de Castel (2000).



1.3.2.1. O álcool e outras drogas

A dependência de substâncias psicoativas, em especial do álcool, mencionada reiteradamente nas falas dos diversos entrevistados, desde muito é tematizada nos estudos sobre populações de rua, em níveis internacional e nacional (Reis *et al*, 1994; Slagg, Lyons & Cook, 1994; Rosa, 1995; Dixon, 1995; Zlotnick & Robetson, 1996, Snow & Anderson, 1998; Prates *et al*, 2000; Abreu *et al* 1999; Bulla *et al*, 2004). Reiteradas vezes, tais estudos são enfáticos ao apontar a necessidade de integração entre as políticas sociais para enfrentamento às situações de rualização, destacando a importância de que seja garantido a este segmento o acesso ao tratamento na área da saúde mental.

A expressão dos entrevistados reafirma que os processos de drogadição condicionam perdas diversas – do emprego, da família, da auto-estima – demonstrando que o fenômeno da rualização não pode ser atribuído a uma única causa.

“Morava com meus pais, mas tinha o problema do alcoolismo, não dava pra conviver bem com meus pais, sempre brigando, meu pai recriminando...”

“(...) A maioria das pessoas que está na rua é pai de família, a maioria tem tudo quebrado por causa do álcool, das drogas e até por causa do próprio desemprego, porque às vezes a pessoa perde o emprego, começa a passar dificuldades em casa e aí já cria aquele tumulto com a esposa e os filhos, acaba separando e aí a pessoa entra na depressão, e acaba parando na rua.”

Slagg (1994), em estudo realizado sobre desabrigados de Chicago, cobertos por programa de reabilitação, observou que mais de 70% destes sujeitos apresentavam algum transtorno mental identificado, sendo que 16% apresentavam problemas com álcool e 12% com outras drogas. O mesmo autor referencia situações de problemas familiares, chegando à ruptura de vínculos, em alguns casos. A expressão dos sujeitos entrevistados para o presente estudo, anteriormente mencionados, associa o problema do alcoolismo a problemas com os pais e perda de vínculos diversos.

Teeson (1993) e Zlotnick (1996) observaram que desabrigados com transtorno mental, por uso de substâncias químicas, tinham menos habilidade para procurar trabalho, ficando mais isolados socialmente. Caton (1993) também observou o efeito desfavorável do abuso de substâncias psicoativas que, segundo o autor, ocasionavam a redução de capacidades. Em acompanhamento realizado por 18 meses a moradores de rua com problemas mentais, observou que grande parcela dos resultados negativos do programa de reabilitação devia-se à presença do diagnóstico de abuso ou dependência de substâncias psicoativas (Caton, 1993).



Em um primeiro Censo de Moradores de Rua realizado em Porto Alegre, em 1994-95 (Reis, Prates & Mendes, 1995), foi constatada a existência de um número de 222 moradores de rua, maiores de 14 anos, na cidade. Dentre esses, os principais motivos citados como justificativa da busca da rua como espaço de moradia foram problemas de relacionamento familiar (28,8%) e a dependência de álcool/drogas (22,5%). O mesmo estudo mostra que, como características comuns, estes sujeitos apresentavam histórias de sucessivas perdas, onde se incluem o trabalho, a casa, a família e a própria auto-estima, o que confirma as observações expressas pelos entrevistados do presente estudo.

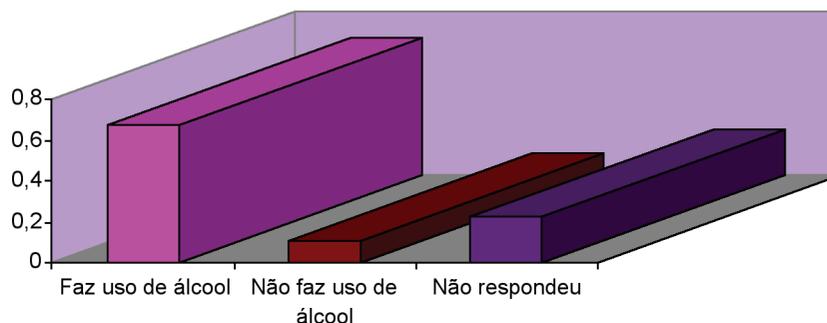
Em pesquisa realizada por Abreu *et al* (1999), sobre condições sociais e de saúde mental de moradores de rua no mesmo município, o uso de substâncias psicoativas e, em especial, de álcool apresentou uma incidência da ordem de 69,1%, o que pode ser melhor visualizado na tabela e gráfico que seguem, demonstrando a gravidade da problemática e necessidade urgente de priorização do tratamento em saúde mental, para dar conta do seu enfrentamento.

Quadro			
Moradores de rua segundo o uso de álcool e outras drogas			
	Homem	Mulher	Total
Faz uso de álcool *	95 (74,2%)	16 (43,2%)	111 (67,3%)
Uso diário de álcool *	71 (75,5%)	05 (31,3%)	76 (69,1%)
Média de consumo diário de álcool	385,3g/d dp=311,8g/d	421,2 g/d	dp=432,3g/d

p <0,001, ** p < 0,01
 Fonte: Abreu *et al*, 1999.



Morador de rua segundo a frequência relativa ao uso de álcool



Fonte: Abreu *et al*, 1999.

1.3.2.2. A mulher moradora de rua

Outro aspecto destacado pelos entrevistados do presente estudo refere-se à questão de gênero. Embora as mulheres moradoras de rua se constituam em número significativamente menor do que os homens, o que foi destacado na fala dos entrevistados e é reafirmado por todos os estudos sobre esta população, elas sofrem processos mais acirrados de vulnerabilização pela própria condição de gênero, encontrando-se expostas a toda sorte de violências.

A partir de pesquisas já desenvolvidas sobre o tema, percebe-se que existem diferenças no modo como homens e mulheres enfrentam as dificuldades que se apresentam no cotidiano da rua. Tiene (2004) trata a questão especialmente abordando a diferença marcada na percepção das mulheres por estarem no espaço público da rua, em contraste com o ambiente a que estão acostumadas e para o qual foram socializadas, o local doméstico e protetor. Já no caso dos homens, não obstante as dificuldades enfrentadas pela própria condição, estar na rua é também frequentar o espaço público, onde foram acostumados a conviver e buscar a sobrevivência. Em número, as mulheres sempre são minoria na rua, e aquelas que lá estão têm trajetórias e adotam estratégias diferenciadas de seus companheiros de rua.



Conforme expressa uma das entrevistadas.

“O número feminino, ele é menor, mais ele está crescendo. E as mulheres, elas são mais... Mais, ainda, vulneráveis. É muito mais difícil a mulher na rua do que o homem. Eu considero, não tem nenhuma pesquisa que diga isso. Mas elas ‘enlouquecem’ muito mais rápido, têm problemas de saúde mental muito mais presentes nas mulheres. Não que não tenha nos homens, porque também usam bebida etc... Mas a mulher, quando ela vai para a rua, ela já está mentalmente bem comprometida.”

Os dados existentes, que podem ser generalizados na medida em que refletem essa realidade, apontam que o número de mulheres na rua é, efetivamente, significativamente menor do que de homens, elas correspondem a aproximadamente 30% do universo (Vieira *et al*, 1995; Reis, Prates & Mendes, 1994; Abreu *et al*, 1999; Bulla *et al*, 2004).

Conforme Prates, Abreu e Cezimbra (2004), a partir de pesquisa realizada em Porto Alegre com mulheres em situação de rua, confirma-se não só a fragilidade desse segmento em termos de saúde mental, mas uma desvalorização de si associada à perspectiva de gênero, que se expressa numa postura de subalternidade, verificada na busca de trabalho, no modo como se relacionam com seus parceiros, ou mesmo na banalização da violência que sofrem no espaço da rua.

A referida pesquisa mostra que as mulheres são comumente trocadas por cigarro, por cobertores ou por cachaça e que sofrem abuso sexual com frequência no espaço da rua.

Conforme os autores (Prates, Abreu & Cezimbra, 2004), para a moradora de rua, o trabalho profissional feminino é visto como tarefa e não como trabalho, portanto, desvalorizado, ou ainda como algo determinado ou limitado pela condição feminina, reiterando a lógica excludente de que para a mulher devem destinar-se apenas as tarefas domésticas. É o que pode ser observado nas expressões de algumas das moradoras de rua entrevistadas naquela ocasião:

“Só o homem trabalha, mulher faz serviço de mulher.”

“Gostaria de um emprego numa casa de família, que eu tivesse um quatinho.”

“Quero trabalhar numa casa de família.”

“Gosto de trabalhar de doméstica.”

“Trabalho é varrer casa, lavar louça, encerar.” (Prates, Abreu & Cezimbra, 2004)



No que concerne à saúde mental, aspecto mencionado pela entrevista em transcrição anterior, pela expressão “elas enlouquecem mais”, o estudo realizado por Abreu *et al* (1999) mostra que, de um total de 207 sujeitos investigados, dos quais 49 eram mulheres, elas apresentaram índices significativamente maiores de síndrome psicótica (31,3%) em relação aos homens (13,8%). Índices similares no que concerne à síndrome de humor (22,6% em homens e 20,8 % em mulheres). No entanto, apresentaram índices bem menores relativos ao número de entrevistados que faziam uso diário de álcool (75,5% para homens e 31,3% para mulheres).

Conforme destacam Prates, Abreu e Cezimbra (2004):

“Algumas mulheres expressam duras situações de violência. Referem que são obrigadas a disfarçar-se de homem, para não serem violentadas. Muitas delas, oprimidas e subjugadas pelos próprios companheiros de rua, não reconhecem esta prática como violenta. Afinal, suas histórias, marcadas pela submissão, são revividas em outro cenário, com outros personagens, mas mantendo, reproduzindo a mesma lógica desigual que lhes é familiar. Auxiliar essas mulheres, moradoras de rua, a perceber e romper efetivamente com esses processos de dominação é um dos importantes desafios que temos de enfrentar.”

Os aspectos relativos à mulher, tanto no que concerne à violência, como no que tange à saúde mental, só vêm reiterar a complexidade e a heterogeneidade do grupo populacional caracterizado como moradores de rua, o que justifica as conclusões aportadas pelos autores de que não é possível dar conta desta problemática sem que haja a interface efetiva entre as políticas públicas, as quais, sem dúvida, além da intersectorialidade, devem contemplar também a questão de gênero a partir da garantia de cortes transversais em programas e projetos.

1.3.2.3. O significado do trabalho e a possibilidade de inserção produtiva

A expressão dos entrevistados no presente estudo reitera, por diversas vezes, o tema do trabalho, reconhecendo sua centralidade para a garantia de processos de inclusão e de resgate da auto-estima, bem como lhe atribuindo fundamental importância como condicionamento à vulnerabilidade dos sujeitos, quando buscam explicar os motivos que ocasionaram os processos de ida para a rua.



Não é demasiado reiterar que os fenômenos sociais não são monocausais, mas resultam de múltiplas determinações. No entanto, o desemprego e a fragilização das condições de vida é um fator de fundamental importância, a ser considerado como determinante da problemática. Suas falas também destacam a importância de estratégias que contemplem a inserção produtiva como uma das alternativas de solução. O trabalho e a capacitação para o seu exercício é considerado essencial não só para garantia das condições materiais de vida, mas também para a recuperação da auto-estima.

De outra parte, não há dúvidas ao tratar-se do público em situação de rua, que as oportunidades de capacitação e inserção em postos de trabalho, cooperativas ou outras formas de geração de trabalho e renda precisam ser associadas a outras políticas que permitam a organização interna, o tratamento do alcoolismo, o acesso à moradia, o reaprender a conviver com regras, sem as quais dificilmente estes sujeitos conseguem permanecer incluídos no mundo do trabalho. A expressão de um morador de rua melhor explicita a importância dessa ação integrada ao dizer: “ganhei a casa e bebi a casa” (Prates, Reis & Mendes, 1996).

Um dos entrevistados no presente estudo expressa com clareza a contradição entre a importância do trabalho e a dificuldade deste segmento em acessá-lo:

“A gente procura emprego, aí você tem que ter um local de você morar, tem que ter um telefone para contato, você tem que ter uma referência. E aí você vai dizer: ‘moro na marquise’. Aí você já é excluído, porque tem uma discriminação, ninguém vai dar emprego para morador de rua! Este cara deve ser um drogado, um ladrão, sei lá...”

Uma avaliação dos estudos existentes sobre moradores de rua em âmbito internacional e nacional reitera o exposto pelo entrevistado, tanto no que concerne à importância do trabalho para a reinserção desses sujeitos, como na identificação de sua perda ou falta de acesso, como um dos elementos centrais que determinam o processo de realização e a manutenção dos sujeitos nesta condição. (Snow & Anderson, 1998; Reis, Prates & Mendes, 1996; Abreu *et al*, 1999; Bulla *et al*, 2004; entre outros).

A questão do trabalho não pode ser vista como aspecto isolado, mas analisada à luz de um contexto social que envolve tanto aspectos conjunturais como situacionais, singulares e subjetivos. Em se tratando da própria concepção de trabalho, temos como característica da sociedade contemporânea a sua redução a emprego. No entanto, se tomarmos por base a concepção marxiana de trabalho, observamos que o trabalho é entendido como toda a expressão e produção humana, como elemento de desenvolvimento e humanização do ser social.



A divisão social do trabalho, que não se dissocia da propriedade privada, à medida que privatiza o processo de trabalho, consolidou, ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, a diferença e o antagonismo entre as classes sociais. Na sociedade salarial contemporânea, o recrudescimento da questão social tem como uma de suas causas esse processo.

A miséria, o desemprego estrutural, a fragilidade de vínculos familiares, a exclusão e a violência não podem ser explicados de forma deslocada do contexto do mundo do trabalho e de seus nexos causais. Um número cada vez menor de trabalhadores ou de empregados é necessário para a manutenção do sistema. Contraditoriamente, o desenvolvimento tecnológico, que chega à indústria e aos serviços, em vez de servir para qualificar a vida de trabalhadores, gera o desemprego estrutural para a grande maioria.

Hoje se discute a distribuição social do trabalho, tema que preocupa mesmo países com maior desenvolvimento econômico, o que pressupõe desenvolvimento social. As metamorfoses e exigências do mundo do trabalho requerem um trabalhador polivalente, com características que contemplem mais do que atividades manuais e especializadas, mas de raciocínio, capacidade para lidar com a complexidade e a instabilidade de inovações constantes, capacidade de lidar com a interdisciplinaridade. Exige, portanto, uma capacitação processual inacessível para a grande maioria dos trabalhadores.

A fala de um dos entrevistados mostra a importância de capacitar o morador de rua para o trabalho, na perspectiva de reverter a lógica de “pedinte”, para trabalhador.

“(…) o trabalho de venda da revista não é fácil. Capacitar as pessoas para a atividade de venda não é capacitar a pessoa para saber vender, na verdade o processo de capacitação das pessoas para fazer este trabalho é o fortalecimento da auto-estima dela. A pessoa deve se sentir capaz de se expressar, de se comunicar, de abordar um estranho para oferecer um produto, invertendo uma leitura que a sociedade tem de que aquele sujeito é o pedinte, ou é o vagabundo, quer dizer, então, é o resgate da identidade de trabalhador, enfim...”

Capacitar para o trabalho, como bem destaca o entrevistado, requer mais do que a apreensão de habilidades e conhecimentos específicos, requer o fortalecimento da auto-estima.

Mas pensar na relação trabalho *versus* pessoas em situação de rua, a partir do contexto imposto pelo modo de organização sob o qual se orientam as sociedades contemporâneas, é falar de exclusão e de uma possibilidade muito restrita de inserção. Ao mesmo tempo, a idéia de trabalho, reduzida a emprego, praticamente determina a cidadania por esta via de inserção (Abreu *et al*, 1999).



O significado de trabalho está associado, no imaginário social, à idéia de sucesso, acesso, desenvolvimento, poder, possibilidade de consumo. Esse significado, de um modo geral, não difere das expressões trazidas pelos moradores de rua. A inserção no mundo do trabalho, apesar de ser limitada por contextos e condições historicamente determinadas, é, na maioria das vezes, tratada como questão individual. Disso decorrem, nos casos de fracasso, sentimentos de baixa auto-estima, revolta ou conformismo e apatia (Abreu *et al*, 1999).

O trabalho tem uma relevância tão significativa no imaginário social, compondo a identidade dos sujeitos: eles são – antes de serem homens, mulheres, jovens, cidadãos - metalúrgicos, motoristas, médicos, advogados, professores, papaleiros. O não trabalho ou o desemprego, ou ainda o desemprego precoce, daquele que sequer teve a possibilidade de ingressar um dia no mundo do trabalho, é motivo de vergonha, de sentimento de auto-desvalorização.

Resta ainda o mundo do subemprego ou do emprego precarizado, que apesar de extenuante e aviltante, muitas vezes é a única oportunidade possível de acesso a algum ganho. A necessidade de sobrevivência leva inúmeras famílias a submeterem-se a subempregos, ou a recorrer a instituições para suprir suas necessidades mais elementares, como a alimentação. As expressões dos entrevistados mostram que, mesmo quando a questão central problematizada não era o trabalho, ela surge articulada a outras necessidades, como alternativa de superar a situação-limite imposta pela vulnerabilização, ou, ainda, como elemento que possibilita a autovalorização. É o que se pode verificar nos extratos de entrevistas que seguem:

“Tem dois caminhos, tem dois caminhos na questão do morador sair da rua: um é tu conseguires um emprego, que é difícil... E conseguires uma moradia, que é mais difícil ainda! Ou tu morres!”

“...eu nunca tinha pedido, nunca tinha passado por situação de rua. Aí o que aconteceu, comecei a usar educação: ‘bom-dia’. Pedi para olhar os carros, pedi para lavar, então, pelo menos da minha parte, foi muito bom que ali as pessoas começaram a sentir confiança na minha pessoa... de estar sentindo que ali, naquele lugar, pelo menos, tinha uma pessoa que estava fazendo a diferença. Aí mostrei o lado de responsabilidade de confiança, porque ninguém podia chegar perto dos carros, porque eles passavam a deixar esses carros até abertos, na minha confiança.(...)”

O estudo realizado por Abreu et al (1999) mostra, a partir de corte qualitativo realizado com 82 sujeitos, que é possível verificar os sentidos atribuídos pelos moradores de rua à categoria trabalho. Neste sentido, para um número significativo dos entrevistados (41,46%) o trabalho está associado a desenvolvimento, crescimento



pessoal, possibilidade de inserção e felicidade. São várias as referências de que o trabalho é essencial para a vida, faz com que a pessoa se sinta bem, possibilita crescimento na vida, possibilidade de “levantar-se”, de “realizar sonhos”.

A expressão da entrevistada do presente estudo, transcrita anteriormente, mostra que foi possível adquirir a confiança das pessoas a partir da oportunidade de trabalhar cuidando carros, e o sentido desta confiança para a moradora de rua foi bastante significativo. É o que se pode inferir a partir de sua expressão complementar, que reiteramos: “ali, naquele lugar, pelo menos, tinha uma pessoa que estava fazendo a diferença”.

O trabalho, como mostram os diversos estudos sobre moradores de rua que avaliam a questão, é associado à idéia de saúde, de acesso ao lazer, de qualidade de vida, de segurança. A oportunidade de trabalhar é associada à possibilidade de novas perspectivas de vida, melhora da auto-imagem, possibilidade de inserção e pertencimento. Trabalho é possibilidade de “estar bonito e ser admirado”; “trabalho é coisa linda, é tudo, é vida”; “trabalho é essencial ao homem, para sentir-se bem em qualquer lugar”; “trabalho é independência, é ter direitos, é andar arrumado”; “trabalho é entrar na sociedade, é não ser marginal” (Abreu *et al*, 1999).

Por outro lado, a idéia de perda do trabalho é relacionada à perda de identidade, perda de condições de vida e de auto-estima, “não ter trabalho é estar pesado, morto”. Alguns, dizem os autores, limitaram a manifestar seu desejo respondendo “eu quero” (Abreu *et al*, 1999).

Os estudos existentes destacam ainda que, associadas à questão do trabalho e do desemprego estão, sem dúvida, uma saúde precarizada, uma habitação inadequada, uma redução nas oportunidades diversas de lazer, cultura e investimento maior na qualidade de relações.

Não há dúvida que espaços que não resguardam à intimidade, que não possibilitam o repouso necessário após longas horas de trabalho, trazem prejuízo ao desenvolvimento pessoal e social. O medo do desemprego, a falta de recursos para sobreviver são elementos que contribuem significativamente para a fragilização dos vínculos, para processos de desestruturação, os quais muitas vezes se materializam, mais tarde, em doenças mentais, violência, drogadição, prostituição, abandono e rupturas.



Conforme Paugam (1999), “Quando a pobreza é combatida e julgada intolerável pela coletividade... seu *status* social é desvalorizado e estigmatizante.” Para o autor os processos de humilhação, desvalorização e discriminação vivenciados pelos segmentos mais excluídos conduzem a um estado de “desqualificação social”, que impede os sujeitos de desenvolver um sentimento de pertencimento a uma classe social e acabam por ocasionar processos de isolamento. A desqualificação social, entendida mais como um processo do que um estado, apresenta, conforme Paugam (1999), diferentes níveis que vão desde a fragilidade dos vínculos estabelecidos, até as rupturas com os vínculos sociais, como fase extrema.

O sentimento de fracasso por não acessar ao mundo do trabalho e por frustrar a expectativa familiar é destacado na fala de um dos entrevistados do presente estudo:

“(...) não tem saída. Quando surgem vagas de trabalho são vinte vagas, trinta vagas, cinquenta para uma população que foi abrigada em albergues que são de 6 mil e 700, e mais de 4.000, e lá vai pedrada quase o dobro na rua, passa de 4.000. Então,... a dificuldade toda é essa. (...) Ele vem da fase, da ilusão que ‘vou para lá ganha dinheiro, vou que vou me dar bem, volto bem e vou dar a volta por cima!’ E, então, ele fracassou, ele não quer contato com a família...Ele não quer saber da família... Ele sofre, ele morre na rua orgulhoso de fome e de frio, mas para casa ele não volta...Com esse estigma de que fracassou!

Bulla *et al* (2004) ressaltam, utilizando a fala de um morador de rua entrevistado, a importância do emprego e sua vinculação com as demais expectativas destes sujeitos,

“Eu quero ter uma oportunidade de ter um emprego, moradia e ter minha família em paz e se tiver ao meu alcance ajudar meus irmãozinhos que estão na rua (...) A única coisa, o meu sonho, é um trabalho e um teto para minha família, eu e minha mulher, quero ter a minha sobrevivência, eu prometo: se eu tiver um lar para ficar e um trabalho eu prometo, eu largo das drogas, eu largo da bebida.”

O trabalho e a capacitação para o trabalho, associados à descoberta de potencialidades e ao estímulo à integração, são também destacados na fala de um dos entrevistados, ao valorizar os serviços oferecidos ao morador de rua no local onde trabalha:



“Nós oferecemos, por exemplo, o único, o primeiro “telecentro” para moradores de rua do Brasil! O primeiro telecentro existente no Brasil. Mas, não é um telecentro em que o morador de rua só vai lá para ver, digamos, navegar na Internet, essa coisa toda...Ele tem a aula normal de alfabetização e depois ele vai para o computador, para perder os medos e usar aquilo que ele aprendeu, não é? Então ali tu tens passeios. Virtuais pela Internet..não é? Para que ele possa, a gente possa instigar para ele ver o quanto está perdendo por não saber ler, ou escrever. Nós temos oficina de comunicação, que é a questão de rádio, temos um estúdio (...)

Por outro lado, as alternativas ofertadas de trabalho são pontuais, nem sempre efetivas, gerando expectativas, muitas vezes, posteriormente frustradas. É o que destaca a fala de uma das entrevistadas:

“...as frentes de trabalho, elas são positivas, mas também não são, porque elas são paliativas. Então, a pessoa cria também uma expectativa que depois de nove meses, muitas vezes, ela não vai conseguir dar encaminhamento na vida dela em nove meses, e aí, ela vai voltar para trás. Tem que ter um degrau, para depois da frente de trabalho.”

1.3.2.4. O imaginário social sobre População em Situação de Rua

Outro aspecto problematizado pelo presente estudo junto aos entrevistados referiu-se ao imaginário social sobre quem vive na rua. Verifica se a presença do estigma está relacionada à redução de sua situação ao “transtorno que causam”, ao trânsito (carrinheiros) nas praças (quando acumulam entulhos ou pela sua simples presença “desconfortável”), ou ainda a sua invisibilidade, dita de outra forma, à banalização de suas precárias e explícitas condições de existência.

As falas dos entrevistados são reveladoras

“Vagabundos, drogados, bêbados e loucos, essa é a visão da sociedade e até de muitos técnicos em relação à população de rua...”

“Lá, agora, o subprefeito quer terminar com os catadores, ele não quer mais catadores no centro de São Paulo, queria padronizar a carroça... , queria uma série de coisas. E quer mandar o pessoal, são 19 mil catadores no Centro, quer mandar lá para um bairro afastado”.



“Só tenho uma resposta, eles não vêem o morador de rua... Eles não vêem, só vêem o lado deles. O negócio é o seguinte: eles têm medo de enxergar a realidade do morador de rua.”

Tais relatos mostram claramente a percepção do estigma, da tentativa de aparação, ou da negação/banalização da existência desses sujeitos. A estratégia de ocultamento utilizada pela sociedade, mesmo que de forma inconsciente, revela a gravidade da situação, pois o que é invisível não mobiliza esforços coletivos.

Os diversos estudos sobre o tema reiteram os aspectos destacados pelos entrevistados, tanto no que se refere à invisibilidade, como nas ações de cunho higienista, muitas vezes empreendidas pelos poderes locais. De forma complementar e não excludente, também constata-se que possuem o estigma de que são perigosos, marginais, assaltantes e vagabundos, ou que são vistos como “pobres coitados”, que podem viver de esmolas e restos, mas não como sujeitos de direitos que merecem políticas e serviços públicos de qualidade (Bulla *et al*, 2004; Abreu *et al*, 2000; Ouriques, 2005; entre outros).

Conforme Bulla *et al* (2004), o fenômeno da exclusão é tão vasto que se torna impossível delimitá-lo. No entanto, sugere que, fazendo um recorte ocidental, se poderia dizer que excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores. Logo, os excluídos não são simplesmente aqueles rejeitados física, geográfica e materialmente, ou os alijados do mercado de trabalho que não têm acesso a bens e serviços, mas são também aqueles cujos valores não são reconhecidos socialmente, logo são excluídos culturalmente.

Destacam as autoras (Bulla *et al*, 2004) que o imaginário social, não raras vezes, associa a situação de pobreza ou desemprego à marginalidade e violência, criando-se, dessa forma, situações de estigma e discriminação. Inclui-se nessa dimensão o não reconhecimento das diferenças, ou seja, a discriminação por gênero, etnia, religião, ou, ainda, a não aceitação de valores diferenciados, idéias e modos de vida diversos.

Vê-se, portanto, que “os excluídos” sofrem da falta de reconhecimento em termos de valores construídos e são proscritos do universo simbólico. São, frequentemente, reprimidos e rechaçados da escola, da família, da comunidade, sentindo-se inferiorizados e fracassados, chegando a desenvolver, em alguns casos, processos patológicos. Exclusão, para Baraibar (1999), não quer dizer ausência de relação social, mas falta de participação nos espaços socialmente legitimados.



A partir deste contexto, Bulla *et al* (2004) ressaltam a importância das parcerias entre o poder público e as Universidades para a realização de estudos no intuito, não só de subsidiar políticas públicas, mas também de desvendar características, contextos, situações nas quais estes sujeitos estão inseridos. Tal aprofundamento de análise pode subsidiar o desenvolvimento de políticas que trabalhem o imaginário social, com vistas à superação de estigmas e atitudes de discriminação, contribuindo para que mudanças culturais se processem no modo de reconhecer as refrações da questão social.

É fundamental a socialização de produções que versem sobre a temática, por meio de comunicação de massa, eventos científicos, publicações, debates, entre outros, para que a realidade desse segmento, suas perspectivas e possibilidades não fiquem restritas ao poder público ou às Universidades.

1.3.2.5. Violência e segurança

Estar na rua, por si só, já caracteriza a precariedade de condições, a exposição a intempéries, à falta de privacidade, e à violência de outros grupos, da polícia, à expressão de discriminação dos passantes. A violência não se expressa somente por meio da agressão física, mas também a partir do descaso e do desrespeito. Isso aparece na fala dos sujeitos entrevistados e em diversos estudos realizados com este segmento populacional (Reis, Prates & Mendes, 1995; Abreu *et al*, 2000; Bulla *et al*, 2004; Abreu, Prates & Cezimbra, 2004; Ouriques, 2005; Borba, 2005). A própria invisibilidade e a banalização de suas condições precárias já se configuram como uma violência passiva.

Foi abordado anteriormente, a partir dos estudos realizados com mulheres moradoras de rua (Prates, Abreu & Cezimbra, 2004), que elas sofrem violência dos próprios grupos de rua. O relato de moradores de rua em estudos realizados na capital gaúcha (Reis, Prates & Mendes, 1994) mostra que os grupos na rua, muitas vezes drogados, agredem a outros grupos, roubam seus pertences, ou simplesmente perturbam outros moradores de rua, durante o sono, especialmente em locais onde há menos movimentação, razão pela qual, aqueles que não vivem sozinhos preferem locais centrais, onde há mais luz e movimentação.

Os entrevistados aportaram ao presente estudo vários relatos sobre a violência nas ruas. Trata-se de um problema que, no mínimo, compõe o quadro geral de complexidade que conforma a temática e que, em determinado momento, assume proporções maiores à medida que antecipa o risco de morte. A violência materializa o preconceito e a intolerância da sociedade em geral, no entanto se concretiza também pela ação da polícia nas ruas. É o que contam alguns dos entrevistados:



“...as pessoas estão ali sentadas, às vezes esperando o horário de um abrigo, alguma coisa, ou então uma loja fechar, para pôr seu papelão e deitar, chegam policiais e mandam sair circulando: ‘circula aí, porque se a gente voltar vai quebrar o pau’. Então, o que dizer, isso já é uma violência muito grande, porque a pessoa já está fragilizada, e ainda encontra uma palavra assim.(...) É... eu acredito que deveriam ser melhor capacitados, ingressarem no trabalho somente aqueles que queiram ajudar a formar um país de paz, não de... diferenças.”

“...nós estamos com a preocupação de exterminadores, que está tendo. É ‘exterminadores’. Eles levam, eles pegam na rua, dizem que é polícia, dizem que é autoridade, levam, tem uns que eles matam. Essa semana, esse mês que passou morreram 3 jovens, lá da comunidade dos profetas. Claro, evidente, estavam fazendo coisas erradas, mas eu acho que tem a Justiça para resolver e tomar providências, não é chegar e matar.”

“Tem um amigo meu que tomou um chute na cara, ficou sem dente nenhum na boca!”

“Tem dois caminhos na questão do morador sair da rua: um é tu conseguires um emprego, que é difícil... E conseguires uma moradia, que é mais difícil ainda! Ou tu morres! E não pensa não, que os níveis de morte do morador de rua não existem... Na chacina, todo mundo fala, mas do cara que morre porque dormiu na pedra.”

Suas expressões mostram a identificação de diversas formas de violência (materializadas pela falta de agilidade para a obtenção de recursos ou de consideração e respeito, até o extermínio de moradores de rua) e também ressaltam a necessidade de melhor capacitação da polícia e de outros trabalhadores que prestem serviços públicos ao conjunto da população.

Bulla *et al* (2004) mostram com a fala de uma moradora de rua o sentimento que tem de descaso de parte do poder público para com suas necessidades:

“(...) eu acho assim que se as autoridades não encaram de frente os nossos problemas, acho que é a mesma coisa que criar um bando de cachorro e largar na rua sem dó, a mesma coisa. Aí tem que pegar uma carroça e mandar recolher os cachorrinhos, assim vai ser conosco.”



1.3.3. Política de atendimento

Conforme o que se depreende das expressões dos entrevistados, as políticas de atendimento não correspondem às necessidades e não têm sido capazes de incidir com efetividade sobre os problemas vivenciados por este segmento, o que consideram que tem origem principalmente na falta de integração entre as políticas, ou em ações restritas a atenções superficiais, que não investem no fortalecimento e autonomização dos sujeitos. Este diagnóstico reflete a complexidade da problemática em questão, demonstrando a necessidade de planejamento integrado de ações e sua priorização, enquanto intervenção realizada a partir de um conjunto articulado de políticas públicas.

Um dos entrevistados destaca a necessidade de que a política de assistência social seja materializada como direito:

“Hoje a assistência social, eu não sei se ela sofre, eu diria que sofre porque é uma secretaria que está trabalhando sozinha com um problema, que não é só de assistência social... Então..., todas as ações que se faz hoje são ineficazes... E elas são mais no sentido de acolhida, proteção, abrigo... Ela dá uma boa comida, um espaço pra você se alimentar adequadamente, um espaço para um banho e dormir adequadamente. Ela te garante a noite, mas o dia... É esquisito... O trabalho de assistência hoje... Embora a gente diz, a gente quer caminhar para isto! Pra virar ‘lei’, não caridade ou favor... Mas os governos estaduais e municipais não tomaram esta visão ainda, de que é uma lei, de que é um direito!”

Outro, ressaltando a falta de articulação entre as políticas e o despreparo dos trabalhadores para prestar um atendimento de qualidade a este segmento populacional, diz:

“Estes dias fui levar um colega meu no médico. Chegando lá, o médico disse: ‘Aqui não é lugar pra morador de rua, morador de rua tem que ir pra pronto-socorro!’ Só o fato de você ser morador de rua, o cara já te olha diferente, mas na área da saúde é que são mais discriminados. Inclusive até um amigo nosso faleceu e eu acho que foi por incompetência médica. Um morador de rua caiu e bateu a frente, teve um traumatismo craniano, e aí foi para o hospital. Eu estava na praça quando aconteceu o acidente, quando ele caiu, e até fui eu que chamei o resgate...Porque a gente chama o SAMU e não vem, as ambulâncias do SAMU não vêm, sabendo que é morador de rua eles não vem. Isto é discriminação! Aí veio o resgate, o bombeiro colocou até aquele colar cervical e levou ele para o pronto socorro. (...) Ele teve alta, mas a mãe dele nos falou que estava colocando sangue pelo nariz, pela boca. Quando o paciente tem alta do leito, ele pára de receber a medicação, e aí ele faleceu...”



Tais questões, pertinentemente destacadas pelos entrevistados, são reiteradas por pesquisas institucionais e em diversos estudos realizados em nível de mestrado e doutorado em Universidades, nos vários cantos do Brasil. Esses estudos costumam confirmar a precariedade com que são atendidas as pessoas em situação de rua, especialmente pela falta de capacitação das equipes de trabalhadores públicos, de modo particular na área da saúde.

Alguns estudos avaliam a relação da política de assistência social com outras políticas, em especial as de trabalho, saúde e habitação, reiterando a dificuldade de efetivação desse atendimento de modo integrado, o que acaba por onerar serviços, retardar ou impedir o progresso de processos de autonomização dos sujeitos, perdendo, com isso, alcance e efetividade (Ouriques, 2005; Borba, 2005).

Ainda no que concerne à falta de articulação entre as políticas sociais, alguns entrevistados destacam que iniciativas, embora insuficientes, têm se mostrado positivas para o enfrentamento da situação.

“Só se tem conhecimento de um PSF (Programa de Saúde da Família), em Porto Alegre, que fica no Centro, no Posto Santa Marta, que é um posto específico para moradores de rua (atende às pessoas diretamente na rua) e o Hospital Conceição, que trata todos os moradores de rua da mesma maneira que qualquer outro paciente, mesmo paciente particular, tem o mesmo tratamento, mas enquanto hospital e postos de saúde, é muito difícil se conseguir um médico especialista em alguma coisa, se a própria ONG, ou a FASC, ou até mesmo o PSF encaminha, porque senão ele não consegue vaga, não consegue o especialista, nem cirurgia.”

A falta de adequação dos programas sociais ofertados às necessidades e à realidade de quem vive na rua foi outro aspecto destacado na expressão dos entrevistados. Tal constatação refere-se especialmente aos programas federais, mas também a realidades das políticas municipais.

“(…) têm alguns programas que nem sempre a população adolescente de rua, tem acesso, por causa dos critérios. Um Agente Jovem, por exemplo. Se eu tenho um menino na rua que deixou de estudar não sei há quanto tempo, e o Agente Jovem pede que o menino esteja matriculado, que esteja em tal série, tenha todos os documentos. Você já exclui o menino que veio lá da rua, porque ele não está na escola, ou então, se ele esteve, ele já deixou há muito tempo, não é? Mesmo que você o coloque na escola, ele ainda não vai seguir aquele critério. Então eu ainda vejo que alguns programas do Governo Federal fecham muito para a situação de rua.”



“Nós temos lá os equipamentos, que são os abrigos, os albergues, que as pessoas têm a oportunidade de entrar a partir de cinco, cinco e meia, e têm que estar dando vazão nele pelo menos às sete horas. Porém, tem que sair com bolsas pesadas de lá de dentro. Então, a pessoa entra, vai procurar um trabalho, carregando peso. Pede um comprovante de residência, o morador de rua já recebe um preconceito. Então, já fica difícil... Lá temos o centro de referência, que é um equipamento bom, que os moradores freqüentam, já fazem parte, tem oficina profissionalizante, tem tratamento..., mas porém, chega um certo horário tem que voltar para a rua também.”

“As pessoas que vão para os albergues, à procura de moradia, elas têm 6 meses pra ficar, ou ela renova ou ela vai para outro albergue. Então, ela fica correndo de albergue para albergue porque ela não encontrou saída... E uma vez tirada da rede ela volta a ser moradora de rua...Então, a maior dificuldade é essa...”

As expressões dos entrevistados destacam a inadequação dos critérios exigidos pelas instituições, seja para o ingresso, ou para a permanência dos usuários em programas e serviços. Tais critérios são dificultadores do processo de inclusão, especialmente porque as condições de vida dos usuários não permitem a organização exigida no momento do ingresso, ou, ainda, porque os processos de exclusão a que estão sujeitos impõem um período maior para sua reinserção.

Muitos estudos realizados com moradores de rua questionam as regras institucionais, especialmente utilizadas em abrigos e albergues, no entanto, tem-se como contraponto a rigidez dos próprios moradores de rua ao estabelecerem as regras de convivência nos abrigos onde estes aspectos são acordados por meio de assembleias. A questão da rigidez ou flexibilização das regras também pode ser associada à capacitação dos trabalhadores, que devem decidir por sua adequada aplicação, o que pode ser realizado de forma contextualizada, negociada com os sujeitos, educativa, ou de modo punitivo ou autoritário, que acaba por reiterar a exclusão.

Outro problema que se relaciona diretamente com as regras de convivência nos serviços assistenciais, especialmente de abrigagem, é a resistência de parcela das pessoas que estão na rua em freqüentar tais locais. Sob esse ponto de vista, são muito heterogêneas as experiências existentes no país, que vão desde locais onde as regras são construídas com a participação dos usuários e dizem respeito a questões básicas, como não fazer uso de álcool e drogas no local, não portar arma e tomar banho, até experiências de instituições bastante rígidas e seletivas, que têm como objetivo implícito a mudança de comportamentos. Nesse sentido, resistir a ir para um albergue, em algumas situações, pode significar negar-se a adotar o modelo imposto, ou reivindicar respeito a suas próprias opções de vida.



A falta de qualidade dos serviços prestados à população é analisada também pelos entrevistados, do ponto de vista da infra-estrutura disponível e do volume de vagas ofertadas. Serviços de grande porte, que não individualizam os sujeitos, ou localizados em regiões de difícil acesso para a população a que se destinam, também são criticados pelos entrevistados.

“Fala-se hoje em descentralização dos serviços, que é criar serviços na periferia, que é talvez para ampliar. No entanto, as pessoas que estão no Centro, elas têm sua vida ali no Centro, não dá para empurrá-las para a periferia, por isso a gente está com receio de que esses albergues fechem.”

A dificuldade de acesso aos serviços, em contraposição ao processo de descentralização, pode ser relacionada ao processo de exclusão social, em que faz parte a exclusão espacial. A resistência dos moradores de bairros centrais em aceitar a implantação de equipamentos para moradores de rua é bastante significativa. Do mesmo modo que as populações mais empobrecidas são obrigadas a buscar moradia em regiões periféricas, muitos grupos pressionam o poder público para ofertar serviços para a população em situação de rua em regiões mais distantes do centro da cidade. No entanto, as dificuldades de acesso, ou mesmo de trabalho, como é o caso dos cuidadores de carros, ou ainda a coleta do lixo, no caso dos carrinheiros, dificultam a articulação entre o acesso a serviços localizados em regiões mais distantes e as demais estratégias de sobrevivência utilizadas por estes sujeitos.

Estudos realizados com pessoas que sobrevivem na e da rua (Abreu *et al* 1999; Reis, Prates & Mendes, 1995) mostram que muitas não procuram albergues e abrigos por medo de perderem o “ponto” de biscate, ou por não terem onde deixar o carrinho de papeteiro.

Outro aspecto destacado pelos entrevistados é a falta de preparo de alguns funcionários, que estão à frente dos serviços.

“O que falta? Em que está o despreparo? Qualidade nos serviços, e mais diretamente no profissional que atende essa população, do perfil do atendente... Que não é qualquer pessoa, não é um trabalho, não é um emprego qualquer como seria um caixa de banco, contabilidade de escritório... Está lidando com gente, com vidas, é preciso uma formação, um perfil e gostar do trabalho que faz! E nesse ponto, os serviços pecam! Técnicos, pessoas competentes, mas competentes enquanto profissionais, não competentes enquanto área de assistência... Isso dificulta muito o trabalho...”



A capacitação para a escuta, para a formação de vínculo, para o acolhimento, implícita na fala do entrevistado quando refere “... não é um emprego qualquer (...) está lidando com gente”, foi também identificada como uma das demandas de moradores de rua albergados no estudo realizado por Bulla *et al* (2004), os quais sugerem que os abrigos e albergues disponham de mais espaços de escuta e maior proximidade dos profissionais que ali trabalham com os usuários.

Estudos realizados por Borba (2005) e Ouriques (2005) mostram que embora os trabalhadores das políticas de assistência social e saúde tenham presente a nova concepção de política de seguridade, como direitos de cidadania, sua concepção de cidadania às vezes é reduzida ao direito de votar (Borba, 2005), mostrando que ainda há uma distância entre o discurso e sua materialização.

Ambas as autoras, em suas dissertações, apontam a necessidade de maior valorização do trabalhador que atua nessas áreas e de investimentos em sua capacitação. Destaque-se que os próprios trabalhadores entrevistados, no estudo realizado por Borba (2005), reconhecem como precária a preparação que têm para lidar especialmente com portadores de sofrimento psíquico que se encontram nas ruas.

Ainda apontam os trabalhadores, segundo o referido estudo, que é comum o sentimento de frustração, seja pela precariedade de condições de trabalho, pela falta de infra-estrutura, falta de integração entre as políticas, que dificulta o alcance social e a efetividade do trabalho, e mesmo pela falta de valorização enquanto profissionais.

A qualidade dos programas executados por organizações não-governamentais, na avaliação dos participantes do presente estudo, tem relação direta com o fato de seus funcionários terem um compromisso maior com a população atendida, o que, eventualmente, não é percebido por parte de funcionários públicos.

“existe muita diferença no tratamento dado pelo poder público e o tratamento dado pelas ONG`s, existe sim. Sabe por quê? Porque as ONG`s, elas tratam bem. Entende? Não fomos nós que pedimos este suporte, elas nos ofereceram. O Ilê Mulher nos ofereceu esse suporte. Eles nos deram a oportunidade de nós mesmos reivindicarmos os nossos problemas, os nossos direitos. A gente consegue sim, tendo esse suporte técnico, a gente consegue se organizar, com certeza (...).



“Então, seguidamente as pessoas diziam: ‘Nossa, lá você é a única que trabalha assim... Você chega hoje, tem que sair amanhã.’ Eles não recebem atenção da assistente social. Tem uns trabalhos que são muito impositivos, muito autoritários, que não reconhecem... Inclusive, isso é um desafio que ele coloca, esta questão da metodologia de trabalho, que ela fosse um pouco mais respeitosa.”

Como contraponto, os estudos realizados que avaliam a rede de serviços, com base na opinião externada pelos moradores de rua entrevistados (Reis, Prates & Mendes, 1995; Bulla *et al*, 2004; Abreu *et al*, 1999) mostram que os usuários preferem os serviços realizados diretamente pelo poder público aos conveniados, considerando que estes ofertam uma diversidade maior de atividades complementares, tais como oficinas, grupos de auto-ajuda, acompanhamentos interdisciplinares, entre outros. Os usuários também destacam a melhor qualidade de estrutura e aspectos como limpeza, qualidade de alimentação e critérios mais flexíveis.

O estudo realizado por Vieira *et al* (1992) em São Paulo aponta que os patrocinadores das instituições filantrópicas que atendem moradores de rua, chamadas pelos usuários de “bocas de rango”, os vêem como mendigos e vagabundos. De outra parte, têm claro que as iniciativas para sua “regeneração” “devem partir das esferas públicas” (1992:127). Os autores ressaltam, ainda, que as ações realizadas por estas instituições se caracterizam pela ausência de efetividade, embora as reconheçam como alternativa de acesso a alguns serviços básicos por parte das populações mais excluídas.

1.3.3.1. Financiamento e convênios

As opiniões dos entrevistados sobre este aspecto destacam a insuficiência de recursos, tendo em vista a tarefa que se espera seja realizada pelas instituições conveniadas.

“...fica muito mais apertado, porque se a verba do convênio não é reajustada, você fica com a mesma verba congelada. Já está há dois anos essa verba congelada, ainda assim você tem que arcar com os aluguéis de onde você está (...). Depois o dissídio, tem a questão do dissídio. A ONG tem que bancar todas as vezes, e a prefeitura não repassa. Assim, está ficando complicado para as ONG’s. Tem ONG’s, por exemplo, lá em São Paulo, que elas estão fechando. Por outro lado, também há que se questionar que a ONG fique totalmente dependente. Acho que outros mecanismos têm que ser acionados, para que não fique 100% dependente do poder público.”

“...nós temos que cuidar de quem cuida dos outros, entende? Então, eu acho que convênio tem que prever sim, um valor para, para questão da saúde do funcionário e a questão de tu poderes pagar todas as leis sociais, sob pena de, uma hora dessas, tu levares uma ação que te quebra as pernas... Quebra as pernas da entidade.”



Suas expressões manifestam não só a preocupação com os recursos que não correspondem às despesas relativas à infra-estrutura necessária para a manutenção dos serviços, mas destacam também a questão do pagamento de pessoal, onde se destacam questões trabalhistas e necessidade de reajustes salariais, determinados por dissídios coletivos.

Por outro lado, existem realidades que são percebidas de forma diferente pelos usuários, entendendo que as entidades não governamentais, em determinadas situações, não prestam os serviços previstos nos convênios mantidos com recursos públicos.

“Na realidade, eu vejo muita negligência, da parte deles. Assim, as instituições não-governamentais, não todas, não vamos dizer todas. Porque várias têm. Que não são tão interessados nos problemáticos de rua. Eles, às vezes, estão interessados mais em abrir ongs para ganhar do estado e do município e não para se dedicar aos moradores de rua. Por isso é que as ONG’s, vindas dos próprios moradores de rua, com a experiência dos próprios moradores de rua, eu acho que o trabalho ia ser muito mais diferente.”

As contradições apontadas nas expressões dos entrevistados, que ora destacam a qualidade dos serviços prestados pelas ONG’s e ora ressaltam sua precariedade, também são claramente destacadas nos estudos realizados em capitais de estados brasileiros sobre a qualidade da rede sócio-assistencial (no caso em Porto Alegre e São Paulo), os quais mostram que tal rede não se constitui num bloco homogêneo, confirmando a necessidade de que seja reavaliada, qualificada e fiscalizada pela sociedade civil.

Parece necessário também avaliar com maior precisão os custos efetivos para a implementação dos serviços. A definição de custos e parâmetros para serviços permitirá que os convênios a serem firmados possam ofertar serviços de qualidade, o que, sem dúvida, inclui o pagamento de pessoal com os respectivos custos relativos a obrigações trabalhistas.

1.3.3.2. Papel das entidades não-governamentais

O entendimento dos entrevistados no que concerne ao papel das ONG’s, que pode ser apreendido a partir de suas expressões, mostra que reconhecem a primazia do Estado na condução da política, e que, portanto, caberia às ONG’s “contribuir”, ser “retaguarda”, “pensar junto”, ou seja, constituírem-se como parceiras. É o que se pode verificar a partir das falas que seguem:



“acho que as ONG’s não têm que substituir o Estado, isso para mim é muito claro, mas elas têm o papel de contribuir para essa reflexão de se estruturar uma política, e ao mesmo tempo de capacitar as pessoas com quem elas trabalham para serem sujeitos desse trabalho também, da conquista dos seus direitos. Então, eu acho que a ONG acaba sendo uma ponte importante entre o Estado e a população beneficiária, que está se querendo atingir. Então, eu acho que a ONG é muito importante nesse sentido, de poder fazer essa informação circular nas duas mãos para poder se estruturar as políticas públicas.

“Eu acho que o papel do governo é cumprir com a sua obrigação. Eu acho que a sociedade não pode tomar o acento do que é do governo. O governo tem o papel primordial, que é dele, de fazer as políticas públicas. Então, não é aquele papel de bater no governo, a gente já passou disso. A gente está aí como cidadão para estar dando a sua contribuição, então as ONG’s têm feito seu papel, enquanto retaguarda, enquanto discussão, enquanto pensar junto. Hoje você pensa projetos que estão aí, e o poder público deve dar condições para que essas ações possam crescer (...). Eu acho que as ONG’s melhoraram muito. É claro, hoje ainda tem muita ONG que tem a visão assistencialista, porque isso a gente não pode deixar de contextualizar. Há alguns anos, acho que talvez há uns 15 anos, eram muito assistencialistas. ‘Olha o menininho aquele está fazendo isso, que bonitinho’, qualquer porcaria. Acho que hoje as ONG’s têm uma visão mais política (...). Você só pode estar interferindo no governo se você tem a leitura, não pode mais estar ali brincando. Então, acho que para todo o poder público e ONG’s estar aqui juntos, sentando e buscando o caminho, partilhando”.

As ONG’s, na opinião de alguns dos entrevistados, teriam função executora, em razão de facilidades e competências que dizem respeito as suas características e que, de outra parte, se tornam dificuldades para o poder público.

“Eu posso te dizer o seguinte: a ONG dá a resposta mais rápida! Então, eu acho que o grande papel das ONG’s, digamos, a velocidade com que ela consegue implementar a mudança, este é o grande papel dela. E o pior papel que o governo pode fazer é achar que está pagando as ONG’s para fazer isto ... E não é isso. O governo tem que encarar as ONG’s como parceiras, porque ONG’s estão fazendo por deficiência do Estado... Por deficiência do Estado, porque se o Estado cumprisse com as suas prerrogativas, com seus deveres, se tivesse esta capacidade, não teria se disseminado horrores de instituições trabalhando, numa série de atividades, que tem haver com o Estado...”

“Primeiro, eu acho que tem que ter parceria mesmo. Sermos executoras deste trabalho, o Estado monitorar, porque tem umas que são honestas, outras talvez não, não tanto. De poder monitorar, até para ver se esta questão da autonomia ela está sendo alcançada. Os



programas, eles estão sendo considerados aí como direito, quando a gente fala de direitos, para não se tornarem com características assistencialistas, devem ser monitorados”.

Ambas opiniões manifestadas destacam a importância da relação de parceria, implícita também nas duas expressões anteriores, o que é fundamental ao trabalho em redes. Embora o primeiro entrevistado destaque a “deficiência do Estado”, reconhece em sua fala as facilidades, em termos de agilidade administrativa, de que dispõem as ONG’s, o que viabiliza a realização de processos de forma mais ágil.

Outro aspecto que merece destaque, aportado pelo segundo entrevistado, é o reconhecimento da necessidade de monitoria pelo Estado para garantia da política como direito. A preocupação manifestada quanto à manutenção de práticas conservadoras na oferta dos serviços, pautados no assistencialismo, foi destacada pelo estudo de Vieira *et al* (1992), conforme mencionado anteriormente. Essa visão, ainda arraigada em muitas instituições, é destacada por diversos estudos relativos a moradores de rua (Ouriques, 2005; Borba, 2005; Bulla *et al*, 2004).

Outro entrevistado, reiterando a importância da parceria, queixa-se da forma como algumas ONG’s são tratadas, destacando a importância de que haja diálogo.

“Às vezes, tenho a impressão de que o governo não considera as ONG’s como parceiras: ‘então vocês são meras executoras do serviço público, vocês têm que operar...’ Eu até estava dizendo que as ONG’s ficam meio pressionadas, e agora dizem: ‘olha a gente dá dinheiro para igreja fazer trabalhos e o povo da rua...’; ‘é porque as ONG’s recebem muito dinheiro e não fazem não’. Parece que as ONG’s são as vilãs da história. Na verdade, a gente é parceiro, e numa parceria, tem que ter diálogo e tem que ser ouvido, tem que ter o princípio da escuta.”

O trabalho articulado entre Estado e ONG’s, nas expressões dos entrevistados, pode ser definido, na conceituação adotada por Faleiros (1999), como trabalho em redes. Conforme o autor, a rede é constituída por:

“... um processo democrático de tomada de decisões e de implementação de ações, fundado no compartilhamento de valores e de propostas, onde é indispensável negociar as diferenças e combater as formas manifestas e larvares de autoritarismo. O compartilhamento é uma construção em processo que se define pela expressão de valores comuns por parte dos envolvidos, convocados por uma liderança, e que vai se ancorando na mobilização dos atores e na discussão e superação dos conflitos. O trabalho em redes, por envolver mudança ou deslocamento de poder, interfere no poder existente, e alguns certamente perderão poder ou terão essa sensação ao atuar em rede. Envolve a manifestação pública



das dificuldades dos atores e a colocação de seus recursos para compartilhamento. O compartilhamento é portanto conflituoso e supõe a construção de contratos ou pactos para a ação, e, por isso mesmo, temporários, implicando uma rediscussão periódica.”

Além da constituição das redes, entretanto, é necessário não só a sua qualificação, mas a sua legitimação. Somente a existência da rede não garante a sua efetividade, o que foi destacado por um dos entrevistados ao referir-se à importância do monitoramento.

Para Bulla *et al* (2004), as relações de parceria não devem reforçar a tendência à desresponsabilização do Estado pela condução das políticas públicas, ou efetivarem-se por meio de processos que caracterizam um movimento de “refilantropização” da questão social, alerta Raichelis (1998:82): “Há na dinâmica societária atual uma perigosa inversão dos discursos (e práticas), que precisa ser debatida com maior profundidade: o Estado fala a linguagem da solidariedade, e a sociedade a linguagem dos direitos”.

1.3.3.3. Relação com governos

Um dos aspectos importantes a destacar das falas dos entrevistados são suas manifestações acerca da relação que suas instituições mantêm com os governos, nas três esferas. Nesse sentido, parece ser recorrente a opinião de que a população em situação de rua, suas entidades representativas, ou mesmo as organizações não-governamentais sentem que o Estado está distante de suas realidades. Tal constatação refere-se principalmente aos níveis estaduais e federal, na medida em que as prefeituras acabam sendo mais presentes no cotidiano das cidades. Cabe transcrever algumas manifestações:

“Governo Federal: eu acho que eu não tenho um conhecimento maior para te dar uma resposta com mais segurança, então, eu prefiro ficar talvez sem responder.”

“Olha, o Federal eu não posso estar falando muito...”

“Não, não falei porque eu não tenho contato muito, tanto, como tenho no município. No Federal, vamos dizer assim, que o município e o Estado fazem o que o Governo Federal manda. Então, eu acho que por meio do Governo Federal vêm as obrigações do Estado e do município.”



“Eu, sinceramente, não tive diálogo nenhum com o governo do estado, não na questão de assistência social, não tive diálogo nenhum! Até porque não procurei...”

O conjunto das expressões dos entrevistados mostra a ausência de relações, o desconhecimento e o distanciamento das instâncias estadual e federal. A reserva em opinar, e mesmo o reconhecimento por um dos entrevistados de não ter buscado este contato, mostram que não houve impedimentos concretos diante de iniciativas, mas sim que esta articulação ainda não foi constituída.

Em alguns casos, embora o sentimento de distância seja confirmado, o representante faz uma diferenciação em relação ao Governo Federal:

“A distância entre os governantes e a população de rua é muito grande! O Governo Federal é, eu acho engraçado, nós já vimos Lula mais vezes do que nós nunca conseguimos ver o prefeito e o governador, oficialmente, a gente vê em algum evento político, um lançamento... Aí a gente vai lá e vê. Mas o Presidente da República, por incrível que pareça, nos visita anualmente, e ele é um dos membros responsáveis pelas cooperativas organizadas dos catadores de São Paulo, que hoje conta com recurso federal (...).”

Outras falas destacam o problema da falta de continuidade das políticas públicas desenvolvidas, a partir das trocas de governos. Ao que parece, ou pelo que se pode depreender das expressões dos entrevistados, a população não está muito interessada nas divergências políticas que eventualmente existem entre diferentes partidos políticos que se alternam nos governos das cidades ou nos estados. Expressam, outrossim, que a descontinuidade traz prejuízo para o trabalho positivo que vem sendo feito.

“O grande problema que eu vejo está nas mudanças de governo, eu não sei que tipo de mecanismos a gente poderia usar pensar no sentido de que determinadas... É claro que cada governo que entra tem seus problemas pra resolver... Mas daí a pensar que tudo que foi feito até aí está errado e tem que começar do zero...? É uma grande preocupação... Pois as pessoas carentes, moradores de rua, não podem esperar... que o governo leve 100 dias, 150, ou três, ou quatro, ou cinco meses pra se achar...”

“E esse trabalho não tem continuidade, com essa direção. Foi uma iniciativa dessa diretoria, dessa entidade ligada ao governo do estado, que depois mudou, entrou outro e então destruiu todo o trabalho. Isso é um grande problema, a gente não tem iniciativas dentro dos governos municipais e estaduais que tenham continuidade, independentemente da mudança de governo, independentemente da mudança de diretoria, aquele trabalho não pode ficar perdido no caminho por conta dessas mudanças.”



Em que pesem as diferenças existentes entre os governos, tanto em termos de compromissos éticos e políticos, como em termos de prioridades estabelecidas, a descontinuidade, no que concerne às políticas públicas, gera preocupação por parte daqueles que executam a política diretamente e, sem dúvida, deve também ser considerado por aqueles que planejam políticas públicas. Nessa direção, o fortalecimento dos mecanismos instituídos de controle social e a ampliação de canais de participação popular devem ser estimulados e valorizados, de modo a garantir que, independentemente das alternâncias de governo, ações consideradas como prioridade pela população não sofram solução de continuidade.

1.3.3.4. A relação das entidades não-governamentais com os movimentos dos moradores de rua

A relação entre entidades não-governamentais e os movimentos de moradores de rua foi analisada pelos entrevistados como de bom nível. Em geral, tanto representantes de moradores de rua, como de entidades, entendem que os dois segmentos têm papéis distintos e complementares, ambos legítimos.

“Eu acho que ninguém melhor do que eles para poder falar sobre eles, do que eles querem. Mas acho que as ONG’s, pela experiência que têm, também podem contribuir. Acho que todo mundo colabora nesse sentido.”

“Eu não poderia, de forma alguma, falar como moradora de rua... Eu nunca fui... Assim, eu tenho um entendimento que eu tenho a percepção e a sensibilidade desta situação, mas eu nunca estive nela, não tenho legitimidade para falar pelos moradores de rua (...). É aquela história do cheiro... A gente distingue uma série de cheiros na vida, mas só quem consegue saber que cheiro é a pessoa que sente (...). Então é o seguinte: nós não temos competição, nós, eu acho, somos parceiros.”

Aprofundando um pouco mais a questão proposta, outro representante de moradores de rua analisa o impacto diferente que tem a atuação organizada de moradores de rua na busca de suas reivindicações:

“Tem muita diferença, porque não é a mesma coisa, Uma coisa é a ONG chegar numa secretaria e dizer: ‘Olha, eu tenho um grupo de moradores de rua, lá: um é tuberculoso, outro aidético, outro isso, outro aquilo’. Entendeu? ‘Eles precisam disso e a gente quer ver se a gente consegue’. Eles simplesmente vão anotar aquilo e vão botar fora. Agora, não é a mesma coisa, é bem diferente se o movimento chegar na frente de uma secretaria e reivindicar com as suas próprias palavras, os seus direitos. Eles vão ouvir, porque quem está falando ali não é uma ONG, e sim o povo em si. Os cidadãos daquele município, ou daquela determinada cidade, ou estado...”



Além do aspecto relativo à legitimidade de quem vivencia a situação, destacado pelo entrevistado, é pertinente considerar mais um aspecto do protagonismo defendido pelo representante do movimento de moradores de rua, qual seja, a superação do caráter de tutela, a valorização da iniciativa dos sujeitos e o conseqüente desenvolvimento de processos sociais. Sabe-se que a iniciativa de lutar, de modo organizado por seus direitos, sem mediações institucionais, faz com que os sujeitos se capacitem no processo.

Nesse sentido, estudos realizados em Porto Alegre, tomando por base experiências de orçamento participativo e variantes aplicadas pontualmente à política de assistência social, mostram que a participação direta dos usuários reivindicando demandas, sugerindo alternativas e acompanhando processos, por meio do controle social, resultaram em fortalecimento dos sujeitos e qualificação dos processos (Prates, 2000).

Como contraponto, experiências em que o movimento de moradores de rua foi tutelado, por profissionais autônomos ou por instituições, mostraram um esvaziamento dos mesmos, com prejuízos significativos ao processo (Prates, 2003).

Na mesma perspectiva, um dos entrevistados analisa o quanto a cultura e a tradição assistencialista de algumas organizações não-governamentais contribuíram para que os movimentos de moradores de rua tenham dificuldades na conquista de sua autonomia.

“Não sinto isto, eu acho que a gente tem que considerar um pouco da cultura que a gente tem da assistência, enquanto caridade. Às vezes as ONG’s, e aí eu incluo as ONG’s de todos as ‘matizes’, quer dizer, tem essa cultura muito enraizada de não olhar aquela pessoa que vive naquela situação como capaz de ser porta voz da sua própria, enfim, sujeito da sua própria mudança. Tem que haver uma reflexão sobre isto, uma mudança cultural porque (...) ao longo do caminho vão adquirindo informações e reflexões sobre a sua própria atuação e acabam enxergando que a coisa é para o outro caminho, quer dizer, que as pessoas têm que ser capacitadas, têm que ser empoderadas, para poderem mudar sua própria situação. Quer dizer, acho que aí não é criar uma competição. Na verdade é resultado de um processo histórico, para mudar isso você vai ter que trilhar um outro caminho, você vai ter que criar essa crítica entre os trabalhos que estão na prática.”



1.3.3.5. A metodologia de trabalho a ser utilizada nas instituições

Tendo como ponto de partida suas experiências pessoais ou profissionais, todos os entrevistados manifestaram-se sobre a metodologia a ser adotada no trabalho junto às pessoas em situação de rua. Entre as opiniões expressadas, algumas idéias tiveram maior destaque, em especial por se repetirem, ou mesmo por enfatizar aquilo que não deve ser feito, refletindo uma maior maturidade na execução de políticas nas diferentes realidades brasileiras. Enquanto síntese, pode-se dizer que entendem os entrevistados que as iniciativas de cunho assistencialista devem ser superadas, pois não trazem bons resultados. Trata-se de uma problemática complexa, que exige estratégias bem elaboradas, que partam efetivamente da realidade e articulem ações entre as várias áreas das políticas públicas e entre as várias dimensões da vida de cada um dos sujeitos a serem atingidos.

As expressões dos entrevistados mostram claramente a necessidade de se desvendar as múltiplas determinações que condicionam o processo de “rualização”, a partir de uma aproximação efetiva da realidade concreta e da história que conforma a situação desses sujeitos. Seguem algumas manifestações que destacam como estratégia a aproximação da realidade:

“Eu acho que essa problemática de morador de rua, eu acho, no país... Sinceramente, eu posso dizer uma coisa, não vai acabar. Precisa ter uma política honesta, uma política solidária. Uma política que entenda a situação mesmo dos moradores de ruas. Uma política que se interesse mesmo, que mostre que não só a gente, organizadores, mas que mostre o povo da rua. Que vá lá, que conviva lá com eles, que vá olhar lá como é que eles estão lá nesse momento, ou então no momento da noite. Eu acho que é assim, que vai doer na pele, vai “catucar” na ferida deles.”

“A gente precisa entender o que é ser quilombola, a gente precisa entender o que é ser situação de rua, morador de rua. Primeiro você conhecer, qual o fundamento histórico dessas pessoas que estão na rua. ‘Por que que eu estou na rua?’ (...) Eu acho que nós apanhamos muito e tem muita gente, eu vou me deter na questão da criança e do adolescente, que é a minha base, de que a gente trabalhou muito a criança e esqueceu a família, a gente ficava muito preocupado em tirar o menino que estava ali, coitadinho, mas esqueceu lá atrás. E hoje a gente vê que não deu resultado e que todo mundo hoje pensa diferente. Pensa em descobrir quem é essa família, por que que o moleque saiu.”

As expressões dos entrevistados mostram claramente a necessidade de se desvendar as múltiplas determinações que condicionam o processo de rualização, a partir de uma aproximação efetiva da realidade concreta e da história que conforma a situação desses sujeitos.



De acordo com a manifestação do segundo entrevistado, é necessário não deslocar a situação de rua, vivenciada por crianças e adolescentes, de seu contexto, onde a relação familiar é fundamental. Trabalhar no enfrentamento desta situação, contemplando a família, é apontado como fundamental.

Estudos sobre meninos e meninas em situação de rua confirmam o expresso pelos entrevistados, tanto no que concerne à complexidade das situações que engendram o mundo desses sujeitos, exigindo sucessivas aproximações a seu cotidiano, como a indicação de que sem um trabalho que envolva e integre a família, os resultados são menos efetivos (Reis & Prates, 2000).

Outros entrevistados enfocaram o diferencial metodológico que precisa ser adotado para romper com práticas que demonstraram não dar resultados:

“Eu acho que tem muito a avançar, mas, primeiro, nós temos que parar com a política do “coitadismo”... Não é? “Coitadinho do fulano, coitadinho do sicrano”. Nós temos sim, que mostrar pra ele que existe um caminho, mas não é só um caminho de porta de saída, como muita gente se referiu... A gente pode abrir e botar pra rua, mas é uma política de acompanhamento... Por exemplo, a questão da geração de renda. Todo mundo fala que precisa trabalho. Nós temos moradores de rua que querem trabalhar! Mas temos um monte de gente que não quer... Nós falamos de oficinas de capacitação e coisa assim... Só que quem é que vai pra oficina de capacitação? É aquele morador de rua que quer trabalhar... Só que, pra ir pra oficina de capacitação, ele não vai conseguir trabalhar. E aí, quem é que vai sustentar? Para as oficinas de capacitação tem que vir com uma bolsa... Tem que vir com uma forma de prendê-lo no curso, se não eles começam a fazer as coisas e param no meio, certo? De forma a lhe dar uma retaguarda, enquanto ele está estudando, certo? Encaminhá-lo para algum lugar, algum emprego e fazer um acompanhamento, um monitoramento. É porque, daqui a pouco o cara vai e larga lá. Infelizmente... Não é tutela, eu falo de monitoramento (...). Eu acho que a primeira coisa é identificar as potencialidades. A coisa não pode ser oferecida assim: - Ah, eu tenho isto pra ti! Eu tenho que verificar as potencialidades, porque só conferindo estas potencialidades, tu vais ter alternativa de sucesso.”

“Olha, eu acho que a principal estratégia é a democracia participativa. Quer dizer, eu acho que falar em geração de renda, saúde, educação, isso é o trabalho que vai ser feito pontualmente. Mas, o que vai embasar qualquer estratégia para reintegração, reintegração entre aspas, porque nesse grupo pessoas que nunca estiveram integradas, então, eu acho que a principal estratégia é você conseguir trazer mais pessoas para participar dessa construção (...). Aí com esta participação que a gente tem da população de rua nesses fóruns, nessas conferências, é que você consegue detectar o que está “pegando” de fato. A questão da saúde, a questão da moradia provisória, o que os abrigos eles acabem sendo positivos de



um lado, mas negativos de outro, pela institucionalização das pessoas dentro desses locais, o fortalecimento da dependência, o clientelismo. Essas coisas vão sendo reveladas à medida que você consegue abrir espaços para que estas pessoas possam se manifestar, com o nível de consciência política que existir, a gente não tem que fazer julgamento de valor nesse sentido. Então você pode ter pessoas muito bem articuladas e outras não, umas vão ter horizonte muito mais imediato e outras tem um horizonte mais largo.”

Compuseram também as manifestações dos entrevistados observações relativas aos serviços que devem ser criados, como estratégia para complemento das políticas de atendimento em suas respectivas cidades. Sempre a partir da reflexão crítica acerca do que existe e não vem dando certo.

“É, só tem o albergue! Nós estamos tentando criar através do fórum... Criar áreas protegidas, áreas públicas, esta casa de reintegração social, esta casa onde tenha tratamento. Para quem precisa de tratamento para alcoolismo ou drogadição, ele pode ir para este abrigo protegido. Mas não adianta só colocar o cara no abrigo, ele tem que fazer alguma coisa... Além do abrigo, tem que ter uma maneira de fazer esta pessoa se sustentar, poder resgatar a dignidade dele com ele mesmo, criar cooperativas com moradias. Trabalhando para poder recuperar a dignidade dele! E dali, daquele trabalho dele, com o tempo, ele possa alugar um lugar para ele ficar e dar a vaga para outro, também, entendeu? Mas tem que dar este começo, para a pessoa resgatar sua oportunidade de trabalhar, é isso aí que a gente quer, trabalhar e ter um lugar para morar. Sem ter um lugar de morar, não tem como trabalhar! Porque se arrumar um emprego, tem que ter uma higiene, tem que ter uma roupa limpa e tem que, e é difícil.”

“Eu acharia que, olhe, o povo hoje em dia pede mais abrigo (...). Eu acho que devia ter um trabalho familiar, um trabalho rígido e rigoroso com a família, pode ser de maior ou de menor, mas que na sua infância, sendo de maior não teve amor, nem carinho nem afeto da sua família, sendo criança não teve infância, não teve adolescência, cresceu, foi para mão da marginalização, não teve como se reintegrar à sociedade. Porque abrigamento é a última instância, não tem nada a ver com a população de rua.”

“Assim, a gente propôs a locação social. A locação social, lá em São Paulo e a Bolsa Aluguel, eles são programas destinados ao público de cortiço e de duas favelas que iam ser desativadas. Num dos dias de luta do povo da rua, a gente pleiteou que uma porcentagem dessas vagas fosse destinada à população de rua. Então, na época, 10% foram destinadas. A Bolsa Aluguel, a pessoa não tem uma independência ainda, no sentido financeiro, que é a prefeitura que banca, ela vai ter que ser acompanhada ainda pela ONG que ela foi indicada, para ir podendo guardar um dinheiro, fazer um percurso, para que ao final de dois anos e meio ela possa ir para algo fixo. E o locação social seria esse programa mais



próximo, porque aí ele estaria ainda no locação social, é algo mais permanente, que não vai ser dele, ele não vai ter uma escritura, mas ele vai ficar morando lá enquanto ele der conta de pagar esse aluguel mais social. Vai fazer uma porcentagem de tudo que ele ganha.”

“A prefeitura tinha o ‘Projeto RAP’, que é o ‘Programa de Reinserção na Atividade Produtiva’, onde eles faziam um curso profissionalizante de seis meses, um curso profissionalizante com bolsa-auxílio. Mas isso na outra gestão, na outra administração, antes da troca do governo municipal. Então, eles faziam um curso de seis meses, uns conseguiam emprego de carteira assinada, outros voltaram para a rua. Agora, depois que trocou a administração, não se fala mais nisso. Então não se tem registro de programa de geração de renda na cidade de Porto Alegre.”

Como pôde ser observado, as expressões transcritas privilegiam a necessidade de articulação de diversas políticas como modo de fazer necessário, sem o qual se torna sem efetividade o esforço isoladamente empregado. O desejo de articulação é quase uma unanimidade, não só entre os participantes do presente estudo, mas de todos os envolvidos com a política de assistência social, enquanto garantidora de direitos. No entanto, tal desejo parece tornar-se um ideal que conta com muita dificuldade para ser atingido, na medida em que as políticas públicas das diversas áreas continuam sendo pensadas de forma fragmentada e isolada, estruturadas a partir de suas lógicas próprias e de suas particulares leituras acerca do sujeito a ser atendido.

De outra parte, são reiteradas nas falas dos entrevistados a necessidade de oferta de tratamento para o alcoolismo e a drogadição, o que vem sendo apontado sistematicamente nos estudos sobre este segmento populacional (Reis, Prates & Mendes, 1995; Abreu *et al*, 1999; Bulla *et al*, 2004; Borba, 2005; Ouriques, 2005; Reis & Prates, 2000; entre outros).

Outro aspecto relevante, muito destacado, é a necessidade de ofertas de oportunidades de inserção produtiva, como o Programa RAP, realizado em Porto Alegre, que teve continuidade na atual gestão do município. Nesse sentido, cabe afirmar que o desafio parece estar em elaborar alternativas que possam adequar-se à realidade de quem vive nas ruas. Alguns projetos que têm alcançado êxito são concebidos como retomada gradual da atividade produtiva, combinando atividade laboral, transferência de renda, acompanhamento social e oferta de espaços educativos.

Ainda fez parte da análise dos entrevistados a avaliação quanto à necessidade de soluções para a falta de moradia. Nessa direção são apontadas alternativas voltadas para a realidade do público em questão, como a locação social ou a bolsa aluguel, a serem utilizadas durante o período de reorganização desses sujeitos.



Sobre esse aspecto, pode-se dizer que parte da problemática de moradia das pessoas que vivem nas ruas está relacionada com o *déficit* habitacional existente nas grandes cidades do país. Estariam na condição de “sem-teto”, como outros tantos milhares de brasileiros. No entanto, isso se torna uma verdade parcial, na medida em que as razões de vinda para a rua não estão apenas relacionadas com a ausência de moradia e a possibilidade efetiva de saída da rua não pode se restringir à oferta isolada da mesma. Ou seja, a política habitacional do país precisa identificar as pessoas em situação de rua como parte de seu público, propondo alternativas adequadas a sua realidade.

Considerando-se a realidade e as necessidades das populações que vivem em situação de rua, que demandam políticas públicas de várias áreas, a tradição de desarticulação entre as políticas, que acaba gerando baixo resultado na solução dos problemas a serem enfrentados, e levando-se as manifestações dos sujeitos entrevistados, vê-se a imperiosa necessidade de interface, especialmente entre a política de assistência social e as políticas de saúde, habitação e trabalho.

Algumas experiências, na avaliação dos entrevistados, podem ser adotadas em políticas públicas que venham a ser criadas. Nesse sentido, um dos representantes entrevistados conta como é o trabalho de sua instituição:

“Quando a pessoa é cadastrada para fazer esse trabalho ela recebe alguns exemplares para se capitalizar, passa a vender por um valor de capa de R\$ 3,00 e a partir desse momento ela passa a comprar por R\$ 1,00, que é o preço atual, e essa diferença de preço é o lucro dela, que não passa pela organização. Ou seja, esse dinheiro vai direto para o bolso dela. Para ela continuar vinculada ao projeto ela tem que voltar na organização e comprar mais revistas, então essa receita que é gerada pela venda da revista ajuda na sustentabilidade do projeto.”

No mesmo sentido, contribui outro entrevistado valorizando a experiência de ex-moradores de rua que passaram a atuar como educadores:

“Tem diferença, mas porquê? Porque a pessoa formada, superior, nível técnico seja lá o que for. Ela vai e trabalhar em cima daquilo que ensinaram para ela, já um monitor, que já passou pela rua, ele conhece a linguagem da rua, ele sabe trabalhar com a rua, ele já tem aquele convívio com o morador de rua também, então ele sabe como lidar com diferentes situações.”



1.3.3.6. Prioridades

Conforme bem definiu um dos entrevistados, “as necessidades giram em torno de moradia e trabalho...” Mas para além do trabalho, a maioria dos entrevistados manifestou-se avaliando que outras coisas são necessárias. Seguem as prioridades elencadas no debate.

Intersetorialidade:

“Olha, eu acho que as prioridades são muitas. Não dá pra você dar uma resposta única, porque isso vai reduzir. Mas, uma que vem à tona em todos os debates, em todos os momentos, em todas as discussões, que é muito recorrente, é a ‘intersetorialidade’ (...), ou seja, que o poder público não se articula internamente nem verticalmente, entre as instâncias do governo para atender essa população, ou qualquer outra popular. Quer dizer, eu acho que hoje foi muito feliz a apresentação aqui pelo MDS, porque uma coisa que me chamou muita atenção é que a assistência social tem o papel articulador das diversas secretarias de trabalho, saúde, habitação.”

Censo:

“Eu acho que primeiro, fazer mesmo esse censo, uma pesquisa, que ela seja periódica, para que a gente conheça o perfil da população de rua no Brasil.”

Trabalho e renda:

“O trabalho é fundamental. Habitação e saúde, saúde é um passo. Eles batem muito na tecla de que o problema é saúde. É saúde, mas uns são sem alternativa, acabam ficando doentes de novo... Esse é o problema maior, o combate à pobreza, mesmo... Precisa ser resolvido na raiz...”

“Primeiro essa questão da bolsa para capacitação, certo? (...) E incentivo aos grupos de trabalho. Eu não chamo, assim, de ‘economia solidária’ e essa coisa assim... Incentivo aos grupos de trabalho, visando gestão, visando que ele faça aquilo que ele sabe fazer, aproveitando as suas potencialidades, porque morador de rua não é só pra reciclar lixo (...) Porque, é claro, não é um serviço que desmereça, não desqualifique, certo? Mas, ele tem outras capacidades que precisam ser vistas.”



Moradia e trabalho:

“Eu acho que uma coisa primordial: a questão da moradia. Fazer alguma coisa com relação à moradia. Depois alguma coisa de trabalho e renda. Eu não estou falando nem de emprego, porque emprego é diferente de trabalho e vice-versa. Então, seria moradia, a questão do trabalho e renda (...) eu vou ter o trabalho eu vou ter casa para morar, eu vou começar a dar passos. A auto-estima melhora...”

Tratamento adequado:

“Eu falei muito na capacitação dos funcionários públicos. Por quê? Porque tu chegas no Monsenhor Felipe Diel, tu conversas com os monitores, eles te escutam e eles mesmo, na hora, conversam entre eles... Já nos albergues da FASC não, se tu precisas de alguma coisa, ou tu tens que estar em estado de calamidade pública ou tu tens que arranjar uma maneira de comprovar que é aquilo ali que tu queres, seja por meio de um ofício carimbado, autenticado em cartório, ou então alguém que saia lá ‘dos confins do judas’ para ir lá e dizer: ‘Ó ele precisa disso aqui’. Porque senão eles não atendem, quando atendem, atendem de mau gosto! Isso quando não nos ofendem! Ou nos proíbem a entrar nos albergues, ou nos órgãos públicos. Por isso que eu falei na qualificação e na avaliação psicológica, dos monitores, da gerência e dos prestadores de serviços terceirizados, como limpeza, cozinha, biblioteca, oficinairos etc.”

“Não sei se isso dá para garantir na lei de uma política de atenção à população de rua. Que as pessoas sejam tratadas como pessoas, porque parece que elas não são... Além de estar nessa situação de vulnerabilidade, elas são vistas com olhares discriminatórios. Por exemplo, esta questão da declaração de pobreza, que ainda continua (...). Acho que essa política pública..., tomara que ela venha para que as pessoas também se conscientizem, que há cidadania. A pessoa está na rua, mas ela é uma pessoa, e tem que ser tratada como alvo de direito e não como um favor.”

O conjunto das expressões dos entrevistados reitera, mesmo privilegiando esta ou aquela política, a necessidade de interface, reconhecendo que nenhuma sozinha pode dar conta da situação complexa, que condiciona o estar nas ruas.

Em todas as manifestações fica explícita a necessidade de garantir a política pública como direito. Tal conceito é expresso na manifestação por garantia do respeito, que deve ser resguardado na prestação dos serviços, na proposta de atendimento que deve buscar recuperar auto-estima e autonomia, por meio dos processos de capacitação e de inserção produtiva e no acesso à moradia, como patamar para cidadania.



A concepção de garantia de direitos é um conceito implícito na priorização estabelecida por um dos entrevistados, caracterizada como a realização de censos periódicos, a exemplo dos estudos realizados com a população domiciliada no país. Esse destaca parte da avaliação da necessidade de visibilidade e do tratamento com equidade, equiparado ao conjunto da população brasileira.

No entanto, é importante destacar que as oportunidades de trabalho aparecem priorizadas na maioria das falas, ocupando o lugar central, ou articulando a demanda que o entrevistado elencou como prioritária.

É comum nas oportunidades que as pessoas que vivem nas ruas são abordadas, em pesquisas ou em situação de atendimento, referirem que sua principal demanda em relação ao poder público é a questão da geração de alternativas de ocupação e renda. Em parte, isso ocorre como uma resposta ao que socialmente é esperado, em outra medida, reflete o desejo real das pessoas. Este desejo, geralmente expressado como a necessidade de um emprego que seria o caminho para a saída da rua, em muitos casos concretos não tem condição de tornar-se realidade, diante da fragilidade da condição pessoal decorrente da situação de rua, aspecto já observado anteriormente.

Ainda assim, a necessidade de viabilizar alternativas de geração de renda para esse público é uma das principais tarefas a serem implementadas, não só pelo poder público, nas três esferas de governo, mas pela sociedade em geral. Nesse campo reside a possibilidade, ainda que pequena, de que as pessoas que vivem situação de rua venham adquirir autonomia.

1.3.4. Eixo 4 - Avaliação do Encontro e expectativas

Os participantes do I Encontro Nacional sobre População de Rua vieram a Brasília com muita expectativa e esperança. Gostaram muito do evento, destacaram seu caráter inédito e valoraram a oportunidade de conhecer um pouco da realidade dos vários estados brasileiros. No entanto, muito embora o clima de satisfação, em sua maioria, os participantes entrevistados expressaram grande expectativa com relação à efetivação das propostas discutidas, em alguns casos questionando a ausência de destinação de recursos para que tais propostas tornem-se realidade. A transcrição das falas a seguir traduz o sentimento geral dos entrevistados:

“O resultado que nós queremos é uma política para o morador de rua, não só uma política de papel, não é? Porque o papel aceita tudo, nós queremos uma política para fazer valer a realidade... Eu achei muito importante essa iniciativa de chamar os três atores: o gestor, as organizações não-governamentais, mas também o usuário, o morador de rua, achei isso de suma importância.



Viu hoje, eles falaram que é bom para eles e nós temos que, se agente quer ser fiel até o que a gente ouviu aqui, a gente tem que pensar a política a partir do que a gente ouviu aqui. Então, não é uma coisa que vem de cima para baixo, mas é de baixo para cima e aí nisso tem o diferencial. A diferença que é grande.”

“A estratégia é a seguinte; o negócio é o seguinte é... uma questão que foi levantada no debate. Primeiramente, a estratégia tem que ser conversada com quem pode... O que adianta nós fazermos as estratégias, e quem pode resolver não resolve... É igual um colega meu que falou: cadê o ministro da Saúde, cadê o ministro da Educação, cadê o ministro do Trabalho? Então não adianta, não adianta nós todos fazermos uma estratégia, mais quem está com o poder..., quem pode decidir, quem pode dar a palavra final não está perto, então não tem jeito de montar estratégia.”

“E também quando você chama para um momento desse, tem que ter a responsabilidade e o compromisso do que vai fazer, eu vi ali o ministro Ananias colocando assim: ‘não, porque nós fomos lá em São Paulo com o presidente, no Natal e tal... mas esse ano nós vamos lá dar retorno’. Então, eu acho que isso é sério, na hora em que você junta e faz um fórum como esse, cria expectativa, leva para o teu estado e faz o gestor público, junto com a sociedade, sentar ali para ver que retorno vai ser dado, o que vai ser feito, para não ficar só no blábláblá...”

“Eu só queria dizer que eu também fiquei lisonjeada da gente poder estar aqui, compartilhando experiência, eu acho que a gente tem muito a aprender nesses 2 dias, embora seja pouco tempo, mas aí a gente vai buscando conversar com um companheiro aqui, outro ali.”

“Mas deveria ter havido uma questão de reserva de orçamento para isto, para que, a partir destas discussões, seja montada uma programação, um planejamento, de efetivação daquilo que está sendo discutido aqui. Sob pena de, ali na frente, as coisas se perderem, porque, como eu disse, as realidades mudam, e na coisa pública tudo é muito lento. Eu acho que é isto que eu tinha pra dizer!”

“Como eu já disse, foi uma iniciativa de diálogo. Que seja para benefício das pessoas que precisam e, mesmo dentro dessa conotação de direito, não de assistência. Isso depois lá na base, precisa ser monitorado, é necessário criar um mecanismo para isso, para avaliar, para monitorar esses serviços.”

As expressões dos entrevistados, no que concerne à avaliação do Encontro, destacam a necessidade de que as propostas sejam materializadas, o que exige a interface vertical e horizontal entre as políticas públicas, além da imperiosa destinação de recursos.



As avaliações positivas também valorizaram a oportunidade de participar e de trocar experiências e, muito especialmente, a presença dos diversos segmentos (gestores, prestadores de serviços e usuários) para a efetivação de um diálogo.

Por outro lado, manifestam a desconfiança em relação ao poder público e a preocupação de que o compromisso assumido seja efetivamente cumprido. Este sentimento, ou desejo, está expresso na preocupação com que haja monitoramento da implementação de ações, para que as propostas não sejam só uma “política de papel”, para que a expectativa levantada não os frustre, pois “quem pode resolver não resolve”. Nesse sentido, concluem que é determinante que sejam destinados recursos, pois caso contrário pode acontecer de “ali na frente as coisas se, perderem (...), pois na coisa pública tudo é muito lento”.

1.4. Considerações Finais

Ao final do presente estudo, não se trata de fazer avaliações conclusivas, mesmo porque esse não foi o propósito do trabalho desenvolvido, notadamente explicitado no item correspondente à metodologia adotada.

Cabe, todavia, fazer alguns comentários no sentido de contribuir com a elaboração de políticas públicas voltadas à população em situação de rua.

Em primeiro lugar, importa salientar que o material empírico com o qual se trabalhou, ou seja, as entrevistas realizadas com alguns dos participantes do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, é bastante rico e trouxe inúmeros subsídios para a avaliação realizada. Trata-se de um conhecimento produzido a partir da reflexão feita por cada sujeito a partir do seu mundo.

Como ensina Paulo Freire: “As palavras que constituem a frase a ser analisada não estão ali simplesmente jogadas, postas arbitrariamente. Diríamos que se encontram, inclusive, ‘comprometidas’ entre si e implicam, na estrutura de suas relações, uma determinada posição de quem as expressou” (1983).

Nessa direção, vê-se que as pessoas participantes da pesquisa sabem de sua realidade e estão comprometidas com sua transformação pessoal e coletiva. De outra parte, têm esperança e expectativa, principalmente, em relação ao Governo Federal, a quem consideram que deva ser o protagonista na implementação de políticas públicas voltadas para o segmento em questão.



A realidade nacional da população em situação de rua revela-se tão heterogênea e complexa quanto a sua caracterização, sistematizada no decorrer do texto. Na maioria das grandes cidades brasileiras vê-se que existem políticas públicas voltadas a esse segmento, no entanto, avaliadas de forma negativa pelo conjunto dos entrevistados.

Em linhas gerais, pode-se dizer que as ações desenvolvidas são de baixa qualidade, desarticuladas entre as várias áreas das políticas sociais e pouco efetivas no sentido de promover a autonomia dos sujeitos. Trata-se de uma problemática complexa, que exige estratégias bem elaboradas, que partam, efetivamente, da realidade e articulem ações entre as várias áreas das políticas públicas e entre as várias dimensões da vida de cada um dos sujeitos a serem atingidos.

Portanto, cabe enfatizar aquilo que parece óbvio: não existem respostas simples a um problema nas dimensões descritas durante o presente estudo. Embora numericamente irrelevante, em relação ao conjunto da população brasileira, as pessoas em situação de rua representam o que existe de mais vulnerável na condição de vida e de dignidade na sociedade. Neste sentido, aponta-se para a importância da implementação de ações planejadas adequadamente, com suporte efetivamente técnico.

Evidencia-se que o primeiro aspecto a ser levado em consideração como condição de assertiva é a articulação de ações entre as várias áreas e entre as três esferas de governo. A articulação de diversas políticas é um modo de fazer necessário, sem o qual o esforço, isoladamente empregado, não tem efetividade.

Observa-se na pesquisa realizada que o desejo de articulação é quase uma unanimidade, não só entre os participantes do estudo, mas de todos os envolvidos com a política de assistência social, enquanto garantidora de direitos. No entanto, tal desejo parece tornar-se um ideal que conta com muita dificuldade para ser atingido, na medida em que as políticas públicas das diversas áreas continuam sendo pensadas de forma fragmentada e isolada, estruturadas a partir de suas lógicas próprias e de suas particulares leituras acerca do sujeito a ser atendido.

Portanto, vê-se que neste ponto situa-se um dos “nós críticos”, causa da falta de efetividade, ao mesmo tempo em que caminho por meio do qual vislumbram-se resultados mais efetivos.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à concepção que deva respaldar o planejamento das ações a serem desenvolvidas. No Brasil, a atenção do poder público para com esse segmento populacional é recente, o que reflete a contradição com que a sociedade e a opinião pública tratam o tema, ora com compaixão, preocupação e até assistencialismo, ora com repressão, preconceito e indiferença.



Trata-se da pobreza visível todos os dias em meio ao ritmo do cotidiano da cidade formal, que transforma em urgência os dramas sociais, não só pela degradação humana que sintetiza, mas também pela pauta constante dos meios de comunicação.

Esse sentimento contraditório do senso comum, tem propiciado historicamente que no Brasil, e em outros países também, a maior parte das políticas oriundas do poder público, voltadas para populações em situação de rua, seja de repressão, higienização e segregação social. Inclusive, algumas vezes novas iniciativas são anunciadas, aparentemente com novo conteúdo, no entanto, acabam revelando que o real objetivo que as orienta não é novo, só mostram nova forma de apresentação.

Portanto, romper com essa tradição significa considerar a cultura hegemônica na sociedade de preconceito, desvalia, intolerância e assistencialismo, e, ainda assim, implementar políticas que estejam pautadas pelos conceitos de garantia de direitos humanos, de inclusão social e de auxílio na construção de projetos de vida.



2. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES NO ENCONTRO

2.1. Representantes de governos locais (municípios e Distrito Federal):

1. NOME: DENISE DE MAGALHÃES MATOS
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: BELO HORIZONTE - MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO: GPES@PBH.GOV.BR OU DEBEE@WMINAS.COM

2. NOME: WALTER VARANDA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SÃO PAULO -SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO: WTORRADO@PREFEITURA.SP.GOV.BR

3. NOME: CÁTIA ROSE GONÇALVES DA SILVA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: CAMPINAS - SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO: SMAS.CSARS@CAMPINAS.SP.GOV.BR

4. NOME: CHRISTIANE FRANCA DE CARVALHO
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RECIFE -PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO: CFRANCA84@YAHOO.COM.BR

5. NOME: ÉLCIO NISCHIMURA ROMEIRO
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: PORTO ALEGRE - RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO: NICHIFASC.PREFPOA.COM.BR

6. NOME: MARILIA ANDRADE DA ROCHA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RIO DE JANEIRO - RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO: MAROCHA@PCRJ.RJ.GOV.BR

7. NOME: ALBA ROGÉRIO MONTEIRO ROSSI
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: NITERÓI - RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO: SAS@NITEROI.RJ.GOV.BR

8. NOME: NÍVIA MARIA POLEZER
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: LONDRINA - PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO: ASSISTENCIA.SOCIAL@LONDRINA.PR.GOV.BR



9. NOME: ANABEL ARAÚJO G. PEREIRA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: VITÓRIA - ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO: AAGPEREIRA@VITORIA.ES.GOV.BR

10. NOME: VIRGINIA MÁRCIA ASSUNÇÃO
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: FORTALEZA - CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO: CASSIA@SEDAS.CE.GOV.BR

11. NOME: ZULENE MARQUES DA SILVA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SÃO LUÍS - MA
ENDEREÇO ELETRÔNICO: ZMDASILVA@IG.COM.BR

12. NOME: CIÊNIA VAZ DA COSTA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO: GEPROS@SEAS.DF.GOV.BR

2.2. Representantes de organizações não-governamentais

1. NOME: MARIA CRISTINA BOVE
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: BELO HORIZONTE - MG
NOME DA ENTIDADE: PASTORAL DE RUA
ENDEREÇO ELETRÔNICO: CRIS.BOVE@IG.COM.BR

2. NOME: ROSANA BISCARO BAESSO
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SÃO PAULO - SP
NOME DA ENTIDADE: ORGANIZAÇÃO DO AUXÍLIO FRATERNAL - SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO: RB.BAESSO@UOL.COM.BR

3. NOME: APARECIDA PALMEIRA DA SILVA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: CAMPINAS - SP
NOME DA ENTIDADE: CÁRITAS BRASILEIRA
ENDEREÇO ELETRÔNICO: CARITAS@CORREIONET.COM.BR

4. NOME: JUAREZ CARDOSO VASQUEZ
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: PORTO ALEGRE - RS
NOME DA ENTIDADE: FELIPE DIO JUREZ
ENDEREÇO ELETRÔNICO: DEVOCAO.NAVEGANTES@TERRA.COM.BR



5. NOME: IARA DE FÁTIMA BUENO DA ROSA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: PORTO ALEGRE - RS
NOME DA ENTIDADE: ILÊ MULHER
ENDEREÇO ELETRÔNICO: ILEMULHER@BRTURBO.COM

6. NOME: LUCIANO ROCCO
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RIO DE JANEIRO - RJ
NOME DA ENTIDADE: ORGANIZAÇÃO CIVIL DE AÇÃO SOCIAL - OCAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO: OCAS@OCAS.ORG.BR

7. NOME: LÍGIA TAVARES SIMÕES
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: NITERÓI - RJ
NOME DA ENTIDADE: CENTRAL DE OPORTUNIDADES
ENDEREÇO ELETRÔNICO: LISIMOE10@HOTMAIL.COM

8. NOME: MÁRCIA GONÇALVES VALIM PAIVA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: LONDRINA - PR
NOME DA ENTIDADE: EP-MEL SINAL VERDE
ENDEREÇO ELETRÔNICO: ASSISTENCIA.SOCIAL@LONDRINA.PR.GOV.BR

9. NOME: NILVETE BREMER DE OLIVEIRA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: VITÓRIA - ES
NOME DA ENTIDADE: ABRIGO POPULAÇÃO DE RUA DE VITÓRIA
ENDEREÇO ELETRÔNICO: NILVETEBREMER@IG.COM.BR

10. NOME: LUIZ VIEIRA GOMES
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: FORTALEZA - CE
NOME DA ENTIDADE: PASTORAL DE RUA
ENDEREÇO ELETRÔNICO: LVGO4@IG.COM.BR

11. NOME: MARTA MARIA ANDRADE
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SÃO LUÍS - MA
NOME DA ENTIDADE: REDE AMIGA DA CRIANÇA
ENDEREÇO ELETRÔNICO: REDE@REDEAMIGADACRIANCA.ORG.BR

12. NOME: DELIRES BRUM
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: BRASÍLIA - DF
NOME DA ENTIDADE: CÁRITAS BRASILEIRA
ENDEREÇO ELETRÔNICO: DELIRES@CARITASBRASILEIRA.ORG





2.3. Representantes de Fóruns ou Entidades de População em Situação de Rua

1. NOME: ANITA GOMES DOS SANTOS

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: BELO HORIZONTE - MG

NOME DA ENTIDADE: PASTORAL DE RUA-FÓRUM DE POP. EM SIT. DE RUA

ENDEREÇO ELETRÔNICO: PASTORALDERUA@IG.COM.BR

2. NOME: CARLOS ANTONIO DE OLIVEIRA

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: BELO HORIZONTE - MG

NOME DA ENTIDADE: PASTORAL DA RUA - FÓRUM DE POP. EM SIT. DE RUA

ENDEREÇO ELETRÔNICO: PASTORALDERUA@IG.COM.BR

3. NOME: SEBASTIÃO NICOMEDES OLIVEIRA

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SÃO PAULO - SP

NOME DA ENTIDADE: FÓRUM DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO: NICODEMESOLIVEIRA@HOTMAIL.COM

4. NOME: PAULO IVAN MOREIRA FONSECA

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SÃO PAULO - SP

NOME DA ENTIDADE: FÓRUM DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO: KEVIKAZAM@HOTMAIL.COM

5. NOME: MARCO ANTONIO RODRIGUES PIRES

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: CAMPINAS - SP

NOME DA ENTIDADE: FÓRUM DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ENDEREÇO ELETRÔNICO: CARITAS@CORREIONET.COM.BR

6. NOME: KÊNIO DA SILVA MARTINS

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RECIFE - PE

NOME DA ENTIDADE: COMISSÃO DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ENDEREÇO ELETRÔNICO: IASC@RECIFE.PE.GOV.BR

7. NOME: LUIZ FELIPE MOLINO LEAL (LUANA)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: PORTO ALEGRE - RS

NOME DA ENTIDADE: ILÊ MULHER

ENDEREÇO ELETRÔNICO: ILEMULHER@BRTURBO.COM





8. NOME: SÉRGIO JOSÉ DE PAULA SANTOS
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RIO DE JANEIRO - RJ
NOME DA ENTIDADE: ORGANIZAÇÃO CIVIL DE AÇÃO SOCIAL - OCAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO: OCAS@OCAS.ORG.BR

9. NOME: ANA PAULA RAMOS DA COSTA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: NITERÓI - RJ
NOME DA ENTIDADE: CENTRAL DE OPORTUNIDADES
ENDEREÇO ELETRÔNICO: SAS@NITEROI.RJ.GOV.BR

10. NOME: ANTONIA CARDOSO DE ABREU
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: BRASÍLIA - DF
NOME DA ENTIDADE: CATAGUAR
ENDEREÇO ELETRÔNICO: VLD2@IG.COM.BR

2.4. Especialistas convidadas

1. NOME: ADELINA BARONE RENUCCI
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SÃO PAULO - SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO: RENUCCI@UOL.COM.BR

2. NOME: ANA PAULA MOTA DA COSTA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: PORTO ALEGRE - RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO: ANAPAULA.COSTA@VIA-RS.NET

3. NOME: SANDRA HELENA HELENA RIBEIRO
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: BELÉM - PA
ENDEREÇO ELETRÔNICO: SHELLCRUZ@TERRA.COM.BR

4. NOME: INDIRA CALDAS DANTAS
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RECIFE -PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO: INDIRACALDAS@BOL.COM.BR

5. NOME: ELIZABETH E.M. DE ALMEIDA LEITÃO
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: BELO HORIZONTE - MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO: BETHLEITAO@IG.COM.BR

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ABREU, Paulo B. et al. Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua adultos em Porto Alegre: relatório de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BÁRAIBAR, Ximena. Articulación de lo diverso: lecturas sobre la exclusión social y sus desafíos para el trabajo social. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 59, 1999.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

BORBA, Marta. O louco de rua e a seguridade social em Porto Alegre: da (in) visibilidade social à cidadania: dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

BROWNE, A. Family violence and homelessness: the relevance of trauma histories in the lives of homeless women. American Journal of Orthopsychiatry, Washington, v. 63, n. 3, p. 370-381, 1993.

BULLA, Leonia; MENDES, Jussara; PRATES, Jane. As múltiplas formas de exclusão social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CASTEL, Robert. As Armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Wanderley. Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 2000.

CATON, C.; WYATT, R. J.; FELIX, A. et al. Follow-up of chronically homeless mental y ill men. Am. J. Psychiatry, Washington, v. 150, n. 11, p. 1639-1642, 1993.

COHEN, C. I.; KENNETH, S. T. Homeless mentally ill or mentally ill homeless. Am. J. Psychiatry, Washington, v. 149, n. 6, p. 816-821, 1992.

DIXON, L. B.; KRAUSS, N.; KERNAN, E. et al. Modify the PACT model of survey homeless person with severe mental illness. Psychiatric Services, New York, v. 46, n. 7, p. 684-688, 1995.

FEITEL, B. et al. Psychosocial background and behavioral and emotional disorders of homeless and runaway youth. Hospital and Community Psychiatry, Washington, v. 43, n. 2, p. 155-159, 1992.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HIBBS, J. R. et al. Mortality in a cohort of homeless adults in Philadelphia. The New England Journal of Medicine, London, v. 331, p. 304-309, 1994.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: Revista do Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista, São Paulo: PUCSP, 1997. (Programa de estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 1).



MARCONI, M. A; LAKATOS, Eva M. Técnicas de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINELLI, M. L. (Org.). O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. Revista NEP, São Paulo, n. 1, 1997.

MORSE, G. A. et al. Experimental comparison of the effects of three treatment programs for homeless mentally ill people. Hospital and Community Psychiatry, Washington, v. 43, n. 10, p. 1005-1009, 1992.

NEVES, Delma P. A miséria em espetáculo. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 47, p. 125-135, 1995.

OURIQUES, Ciberen. Do menino ao jovem adulto de rua portador de HIV: dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

PAUGAN, Serge. Fragilização dos vínculos: uma dimensão essencial do processo de desqualificação. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 60, p. 97-123, 1989.

PRABUCK, K. et al. Evaluating the effectiveness of a residential rehabilitation program for homeless veterans. Psychiatric Services, New York, v. 46, n. 4, p. 372-375, 1995.

PRATES, Jane C. O planejamento da pesquisa. Revista Temporalis, Porto Alegre, n. 7, p.123-143, 2003.

_____. A democratização do poder local através do orçamento participativo da assistência social. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 66, p. 57-77, 2001.

_____. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social: tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

PRATES, J. C.; ABREU, P. Mulheres em situação de rua. In: BULLA et al. As múltiplas formas de exclusão social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PRATES, J. C.; REIS, C. N.; MENDES, J. Sujeitos de rua: A pesquisa como instrumento de desvendamento e intervenção na realidade social. In: Retrato Social, Porto Alegre, n. 1. p. 29-34, 1996.

PRATES, J. C.; REIS, C. N.; ABREU, P. A metodologia de pesquisa para populações de rua e as alternativas de enfrentamento pelo poder público municipal. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 64, p. 135-164, 2000.

REIS, C. N.; PRATES, J. C. Fragmentos de uma metrópole: meninos e meninas em situação de rua. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.





REIS, C. N.; PRATES, J. C.; MENDES, Jussara. A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre. Porto Alegre: PMPA, 1996.

ROSA, Cleisa M. M. (Org.). População de rua: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

SIMÕES JÚNIOR, José G. Moradores de rua. São Paulo: Pólis, 1992.

SLAGG, N. B.; LYONS J. S.; COOK J. A. A profile of clients served by a Mobile Outreach Program for Homeless Mentally Ill Person. Hospital and Community Psychiatry. Washington, v. 45, n. 11, p. 1139-1141, 1994.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SPINK, Mary J. P. (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de comunidade e participação. São Paulo: Cortez, 1987.

TEESSON, M.; BUTTRICH N. Prevalence of cognitive impairment among homeless men in Australia. Hospital and Community Psychiatry, Washington, v. 44, n. 12, p. 1187-1189, 1993.

TIENE, Izalene. Mulher moradora de rua: entre violências e políticas sociais. Campinas: Alínea, 2004.

VIEIRA, M. A. (Org.) et al. População de rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

WOOD, D.; BURCIAGA, V.; HAYASHI, T. Homeless and housed families in Los Angeles: a study comparing demographic, economic, and family function characteristics. American Journal of Public Health, Boston, v. 80, n. 9, p. 1049-1052, 1990.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 55, 1997.

WANDERLEY, L. Eduardo W. Os sujeitos sociais em questão. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 40, 1992.

YASBEK, Maria Carmelita. A luta pela sobrevivência na cidade: os homeless ou população de rua. In: YASBEK, Maria Carmelita (Org.). A luta pela cidade em São Paulo. São Paulo: Cortez, 1992. p. 127-149.

_____. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1993.

ZLOTNICK, C.; ROBERTSON, M. J. Sources of income among homeless adults with major mental disorders or substance use disorders. Psychiatric Services, New York, v. 47, n. 2, p. 147-151, 1996.





Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

